

**Ata da sessão ordinária realizada
dia 26 de junho de 2025**

Aos **vinte e seis dias do mês de junho**, do ano dois mil e vinte e cinco, pelas **vinte e uma horas e quinze minutos**, reuniu-se a **Assembleia Municipal de Almodôvar**, em **sessão ordinária**, no **Pavilhão Multiusos da Freguesia de São Barnabé**, dando cumprimento ao preceituado na alínea a), n.º1 do artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. - -----

O **Senhor Presidente da Assembleia**, Francisco Manuel Valadas Abreu, dada a **ausência do segundo secretário, Alexandre Guerreiro Figueiredo (PS)**, e nos termos do n.º 3 do artigo 7.º, do Regimento da Assembleia Municipal, solicitou à deputada **Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro**, que tomasse lugar na Mesa para ocupar o lugar de segunda secretária. -----

Nesta sequência, a Mesa ficou constituída por: **Francisco Manuel Valadas Abreu**, que irá presidir, pela deputada **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, como primeira secretária e pela deputada **Maria Fernanda Belchior Caetano Guerreiro**, que tomará o lugar como segunda secretária, dando-se assim cumprimento ao preceituado no Regimento da Assembleia Municipal. -----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: Maria Cristina Martins Brás Germano, João Manuel dos Santos Romba Guerreiro, Marília da Conceição Guerreiro, Rui Manuel Gaspar Cortes Guerreiro, Helena Isabel Teixeira Barão, Sandrina Madeira Casimiro, Maria Helena Martins Queiroz, Mário José Soares da Silva, o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS), o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre, o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Manuel Silva Amaro, o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Francisco Manuel Gonçalves da Luz, o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Eduardo José Dias Gonçalves. -----

Eleitos pelo PSD: Pedro Manuel Bita Messias e Melo Franco, Ana Isabel Teixeira Guerreiro, Guilherme Alexandre Viegas Baroa e Bernardo Pereira Delgado. -----

Faltaram à sessão, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS), António Manuel Horta Fontinha (PS), Alexandre Guerreiro Figueiredo (PS), Vítor Manuel Libânio Afonso (PSD) e Ruben Miguel Fernandes Guerreiro (PSD), por uma sessão, tendo sido substituídos nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 18.º do Regimento, pelos deputados suplentes, o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS) Maria Helena Martins Queiroz (PS), Mário José Soares da Silva(PS), Guilherme Alexandre Viegas Baroa (PSD) e Bernardo Pereira Delgado (PSD), respetivamente. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, estiveram presentes nesta sessão para além do **Presidente da Câmara António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS)**, a **Senhora Vice-Presidente**, Ana Manuela de Jesus Guerreiro do Carmo (PS) e os **Senhores Vereadores**, João de Deus Lopes Pereira (PS) e Lucinda Maria Marques Jorge (PS).-----

AUSÊNCIA DE VEREADOR: -----

Registou-se ainda a presença do Senhor António Sebastião, Vereador da Câmara Municipal, eleito pela lista do PSD, que participou na presente sessão exclusivamente na

qualidade de munícipe, ao abrigo do Estatuto do Direito de Participação dos Cidadãos, tendo exercido o seu direito de intervenção no período reservado ao público, não atuando na qualidade de Vereador, por força do estabelecido nos n.ºs 4 e 5 do Regimento da Assembleia Municipal. -----

Da presente sessão constou a seguinte **ORDEM DE TRABALHOS**: -----

A - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; -----

A.1 - Intervenção dos Múncipes; -----

A.2 - Esclarecimentos.-----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA : -----

B.1 - Ausências, Suspensões, Renúncias de mandatos e respetivo preenchimento de vagas; -----

B.2 - Votação da ata n.º 27, de 29 de abril de 2025 - (quadriénio 2021/2025); -----

B.3 - Leitura de expediente; -----

B.4 - Intervenções. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

C.1 - Apreciação e deliberação sobre o Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Concelho de Almodôvar; -----

C.2 - Conhecimento do Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Almodôvar - 2024;-----

C.3 - Conhecimento da Estratégia de Atração de Investimento da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires; -----

C.4 - Conhecimento do Relatório de Gestão da Formação de 2024; -----

C.5 - Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação;-----

C.6 - Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento; -----

C.7 - Aprovação da ata em minuta. -----

O **Presidente da Assembleia** começou por dizer que é um prazer e uma enorme satisfação estar aqui hoje em São Barnabé, onde irão realizar mais uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal de Almodôvar, julga que é a primeira deste órgão que se realiza aqui em São Barnabé e é a última sessão descentralizada neste mandato, dando assim continuidade à realização destas sessões que já tinham iniciado no mandato anterior. -----

Quis desde já pedir desculpa se alguma coisa não correr de acordo com as vossas expectativas, porque por vezes as coisas poderão não correr tão bem como idealmente as imaginamos e desejamos.-----

Estas sessões descentralizadas da Assembleia Municipal, são, na sua opinião, a verdadeira forma, a forma genuína de aproximar os eleitos locais às populações que os elegeram. -----

Esta sessão, tal como todas as sessões da Assembleia Municipal, tem um período de intervenção dos muncípes, onde todos podem expor as suas ideias, colocar as suas dúvidas, manifestar as suas opiniões, pedir esclarecimentos e ser esclarecidos sobre assuntos do interesse municipal, de acordo com o que está estipulado no artigo 39.º, n.º 1 do Regimento da Assembleia Municipal. -----

E dá esta informação porque é a primeira vez que realizamos uma sessão descentralizada aqui em São Barnabé, mas provavelmente não será muito diferente das sessões da Assembleia de Freguesia, onde os munícipes que a elas assistem podem colocar as suas questões. -----

Posto isto, irá dar início a mais uma sessão da Assembleia Municipal, e realça mais uma vez, a importância que lhe atribuem, todos nós, por ser mais uma sessão descentralizada da Assembleia Municipal de Almodôvar. -----

Espera como sempre, e hoje muito em especial, que os trabalhos decorram da melhor forma possível, de forma ordeira, esse é o nosso dever, essa é a nossa obrigação.

A – PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO: -----

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 39.º do Regimento; a Assembleia fixou um período para intervenção do público, **que foi utilizado.** -----

O **Presidente da Assembleia** adiantou que embora nenhum munícipe se tenha inscrito nos termos Regimentais, a Mesa entende ter o dever de perguntar se, entre o público presente, há alguém que pretenda utilizar o Período Regimental de meia hora, a fim de colocar alguma questão. -----

Recordou que as intervenções que aqui forem feitas pelos munícipes tem de ser exclusivamente de interesse municipal, assuntos de interesse para a comunidade, em conformidade com o Regimento da Assembleia. No final das intervenções dos munícipes irá pedir ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os devidos esclarecimentos, ou será ele próprio a prestar os esclarecimentos se alguma questão lhe for diretamente colocada, mas deve lembrar que no caso de não haver elementos necessários para prestar os esclarecimentos solicitados a resposta será enviada por escrito à pessoa que pediu o esclarecimento, também de acordo com o Regimento. -----

Relembrou que têm 30 minutos para este Período de Intervenção e Esclarecimento ao Público. -----

Posto isto, inscreveram-se três Munícipes a saber: o Senhor José Tadeu, o Senhor Hugo Mariano e o Senhor António Sebastião.-----

De acordo com a ordem de inscrições, foi dada a palavra ao **Senhor José Tadeu**, que iniciou por dizer que gostaria de solicitar alguns esclarecimentos ao executivo e outros à Mesa da Assembleia.-----

Começou por falar das promessas feitas pelo executivo para a construção da estrada muito necessária para esta freguesia que liga o Algarve aqui a São Barnabé, conhecida como estrada do Monte Ruivo, já teve diversas promessas e que continuamos efetivamente sem a ter, o que será fundamental para o desenvolvimento económico desta freguesia. -----

Quis perguntar também ao executivo que, de acordo com o risco de incêndio da Serra do Caldeirão e muito concretamente depois de ter assolado aqui o incêndio de 2004 que deixou esta freguesia na penúria, todos os proprietários na própria penúria, o que é que o município fez no âmbito do Serviço Municipal de Proteção Civil, que no seu entender não existe, existe efetivamente um gabinete, não um serviço e porque é que as faixas de gestão de combustível ainda não foram limpas até esta altura e estamos praticamente no mês de julho.-----

Também quis perguntar ao executivo, naquilo que lhe veio a saber, e do qual não tem meios para poder garantir, que existia uma candidatura para a construção de um depósito de água para abastecimento de helicópteros em caso de incêndio, em que ponto é que essa candidatura está, sendo que ele próprio ofereceu ao município a cedência gratuita dos hectares que fossem necessários para a constituição dessa reserva estratégica aqui para a nossa freguesia. -----

Quis também perguntar ao município, para quando pretende fazer a verificação e a colocação da sinalização vertical da estrada que liga toda a ribeira, desde São Barnabé até à Azilheira, uma vez que a mesma é inexistente tornando bastante perigosa a mesma estrada.-----

Quis perguntar também ao executivo que durante estes 12 anos executou o alargamento da estrada que liga São Barnabé ao MU qual foi o motivo, porque é que ela só chegou ao cruzamento do Monte Abaixo e para quando se prevê o alargamento do resto tendo em atenção o aumento muito significativo de viaturas nessa via e o risco elevado e os vários acidentes que já ocorreram nesse pequeno trecho de meia dúzia de quilómetros, nem meia dúzia são. -----

Ainda ligado ao executivo, mas não da freguesia, gostava que lhe fosse esclarecido como é que está efetivamente a obra da recuperação da Escola Secundária, quer no intuito do financiamento quer da própria gestão, tendo em atenção que sabemos que o concurso ficou vazio e, que entende, que ao ficar vazio é porque se calhar aquilo que foi projetado a nível de orçamento para a própria obra não era aquilo que o mercado precisava ou aquilo que o mercado pretendia. Quem é que fez essas contas que errou tanto que ninguém quis concorrer. O mesmo acontece com a Creche, exatamente a mesma coisa, uma obra que foi lançada a concurso e mais uma vez neste concelho fica sem ninguém a querer concorrer, porque efetivamente o valor foi significativamente mais baixo daquilo que são os valores de mercado. -----

Por último quis falar do Parque das Eiras, da notícia que apareceu agora na comunicação social tendo como fundo a LUSA. Quer perguntar ao executivo e a seguir quer perguntar também à Mesa. Quer perguntar ao executivo efetivamente se a notícia se depreende com o Tribunal de Contas ou se depreende com o Partido Social Democrata, é que a resposta que é dada como justificação àquilo que é uma notícia triste do nosso concelho é que há uma cabala política, ou existe aqui alguma coisa política. No entanto, ao ler a notícia, existe efetivamente uma situação que é levada pelo Tribunal de Contas, que é lançada pela LUSA e que inclusivamente o Tribunal de Contas não só multou o município por irregularidades graves relacionadas com a empreitada do Parque das Eiras como também remeteu ao Ministério Público, considerando que existia algumas situações que poderiam aliviar o crime. Gostaria de saber isso.-----

E nesse sentido pergunta também à Mesa e aos Senhores Deputados, enquanto fiscalizadores da gestão autárquica, que são, que é o órgão mais importante do município é a Assembleia Municipal, se alguma vez foi colocada esta situação e qual é a vossa posição clara com respeito à notícia do Tribunal de Contas, uma vez que é vossa responsabilidade a fiscalização deste tipo de obras e deste tipo de procedimentos por parte do executivo, que é só liminarmente um executivo, executa. -----

Prosseguindo, usou a palavra o **Senhor Hugo Mariano**, que referiu que aquilo que o trás aqui exige alguma contextualização e irá começar por aí. -----

“Tudo aquilo que eu vou contar começou mais ou menos em 2022, a 19 de outubro pedimos ajuda através de email para uma ideia de construção que tínhamos pois o plano era irmos viver para Almodôvar (trabalhamos na área do ensino, inovação e Biotecnologia). Pensámos ingenuamente que seríamos recebidos de braços abertos por uma autarquia que vive num concelho cada vez mais desertificado. -----

A 20 de outubro de 2022 pagámos a entrada do novo processo. Na altura, acreditámos que seria fácil e relativamente rápido. Facultamos projeto e todos os documentos pedidos. Esperámos 8 meses depois, no dia 27 de junho de 2023, depois de termos entregue todos os pareceres das entidades exteriores há bastante tempo, resolvemos indagar sobre a demora do processo: tínhamos planos para um concurso a fundos europeus para um projeto agrícola inovador no terreno e assim agilizarmos investimento, postos de trabalho e a nossa vinda para cá. Ninguém nos respondeu. Esperámos. -----

No dia 8 de novembro de 2023, cansados de esperar nem sabemos muito bem pelo quê decidimos ir a uma sessão de Câmara. Expusemos o assunto e recebemos o telefone do Sr. Presidente e uma promessa de agilização. Esperámos. -----

No dia 21 de janeiro de 2024 informaram-nos que o problema agora era a necessidade de Fiscalização Municipal de um parecer do Gabinete Jurídico e que afinal havia uma pronúncia de 19.10.2023. Esperámos.-----

Entre fevereiro e setembro de 2024, telefonámos todas as semanas, fomos recebidos pela arquiteta e pelo vereador das obras particulares. Mais uma promessa de agilização. Esperámos. -----

No dia 20 de setembro de 2024 enviamos os esclarecimentos relativos ao último entrave colocado: agora é um caminho que foi feito por outras pessoas e que passa na minha propriedade que me dizem que supostamente não é o correto e devia ser outro. Segundo a versão da autarquia, o caminho é vicinal e deve ser por isso que pagamos a limpeza do caminho todos os anos e que a GNR nos vem chatear para termos atenção ao prazo de limpeza. Evidentemente. Bom, e Esperámos. -----

No dia 2 de outubro de 2024, após pedido de documentação e pronúncia do Gabinete Jurídico Nacional, prontamente enviamos os documentos por email. Esperámos. -----

No dia 16.01.2025 mandamos email para a divisão de obras particulares e o respetivo vereador e para o Presidente da Câmara. Esperámos. -----

No dia 16.04.2025, dirigi-me ao Sr. Presidente e ao vereador das obras particulares em sessão de Câmara a pedir que sejam cumpridos os prazos e que o nosso processo de licenciamento avance. -----

Foi-nos dito que seria dada mais prioridade. Esperámos. -----

Mais três meses passaram e a questão é que este não é o vosso problema: não o vêm, não o sentem não o vivem.-----

Mas será este caso isolado? Ou haverá reflexos desta ineficácia noutros sítios? -----

Vejam um exemplo, o projeto de Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação que está em consulta pública: depois de analisado o documento, não vejo qualquer sanção para a falta de cumprimento dos tempos de decisão ou quaisquer prazos para os decisores políticos. Nada. Vejo multas e sanções para quem vai fazer a obra, sanções para os técnicos que acompanham mas para quem devia decidir e não decide? Nem uma palavra. Mas há muitas palavras bonitas e ocas! "um instrumento à disposição de toda a população" ou "o corpo legislativo deste diploma assegura o respeito das relações institucionais do Município com os demais parceiros, afirmando a confiança e a eficácia na organização dos serviços camarários ". Pura poesia, -----

Termino, relembando que servir o povo é a vossa função, a vossa única função aliás, a razão para existir uma Assembleia, uma Freguesia, uma Câmara Municipal. A razão para terem automóvel, refeições, assessores, viagens: servir o povo. Servir os cidadãos que vivem e querem viver em Almodôvar. Resolver os problemas das pessoas. Não existem para mais nada. Portanto, e finalizando, o meu pedido é muito simples: cumpram o vosso principal e mais importante desígnio: sirvam as pessoas e os interesses do município." -----

Por último tomou a palavra o **Senhor António Sebastião**, que começou por dizer que em primeiro lugar cumpre-lhe esclarecer porque é que está aqui no público. Exerce funções de Vereador na Câmara Municipal, Vereador da Oposição, e a legislação que regulamenta a questão da presença dos Vereadores nas Assembleias Municipais tem esta característica de não permitir que os Vereadores intervenham sem autorização do Senhor Presidente da Câmara, ou na defesa da honra, que é, digamos, uma questão muito subjetiva. O que acontece é que a sua presença como membro do executivo nas Assembleias Municipais impede-o sempre de tomar parte da discussão dos diversos assuntos que se passam nesta Assembleia Municipal. Tem na qualidade de antigo Presidente da Câmara assistido a muitas situações, que o deixam bastante incomodado, como elas às vezes são tratadas e a informação que é dada. Na impossibilidade de poder intervir, hoje achou que deveria fazê-lo de uma outra forma, portanto na qualidade de

Munícipe, portanto prescinde de estar além sentado e fica aqui. Claro que não está de acordo com esta legislação, o legislador se permite a presença dos Vereadores na Assembleia Municipal devia também permitir que eles pudessem intervir nas discussões dando naturalmente as suas opiniões e isso não acontece, obrigando-o a vir para aqui, foi muito relutante em fazê-lo, confessa, muito relutante em fazê-lo, não lhe agradou nada esta posição, mas acabou por tomar esta posição tendo em atenção aquilo que se passou na última Assembleia Municipal, nomeadamente, um assunto que foi trazido a esta Assembleia, a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Guerreiro sobre questões relacionadas com a aquisição do terreno em Gomes Aires para a construção de uma chamada Área de Acolhimento Empresarial. -----

Essa situação implicava em muitos casos uma alusão direta aquilo que foi a sua ação enquanto Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, levando-o a estar aqui hoje no público para poder intervir nesta Assembleia e esclarecer devidamente os factos e deixar as coisas bastante claras.-----

Como primeiro ponto quer referir que a intervenção do Senhor Deputado João Guerreiro refere uma coisa extraordinária na sua intervenção que é o facto de dizer que a Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires devia ter sido feita pelo executivo liderado pelo António Sebastião, portanto há bastantes anos e omitindo claramente estes 12 anos de gestão Socialista sob a presidência do Presidente António Bota que durante estes 12 anos não teve capacidade de fazer aquele empreendimento. Portanto o senhor António Sebastião devia tê-lo feito há 15 ou 20 anos, o Senhor Presidente António Bota teve 12 anos e não foi capaz de avançar com esse empreendimento. -----

Essa uma primeira questão que realmente importa também deixar muito clara. -----

Depois vamos aos factos, porque pretendeu-se justificar o preço astronómico com que foi adquirida aquela parcela de terreno, estamos a falar de uma parcela de terreno junto ao nó da autoestrada, 5,9 hectares, de uma área com uma orografia bastante acidentada constituída por mato e algumas azinheiras e que foi adquirida pela Câmara Municipal por 200 mil euros, 200 mil euros oiçam bem o valor que a Câmara Municipal pagou por aquela parcela de terreno. Se consultarmos aquilo que são os preços médios de terrenos com aquela categoria, localizados naquela zona, verificamos que estão à venda e basta qualquer deputado municipal ou qualquer munícipe consultar, imobiliárias que têm terrenos à venda ou até particulares onde isso acontece podem verificar, é importante, que estas verbas são claramente exageradas. Há terrenos com 15 hectares à venda por 50 mil euros, há terrenos com 17 hectares à venda por 40 mil euros, enfim há vários exemplos de terrenos que naturalmente indicam que a Câmara Municipal não teve o cuidado devido na gestão dos dinheiros públicos ao adquirir aquele terreno por 200 mil euros. Se partimos do princípio que aquele terreno por estar junto ao nó da autoestrada em lugar de ter uma valorização de 3 mil euros o hectare podia ter 6 mil euros, poderia ter até 7 ou 8 ou 9 ou 10 mil euros o hectare, mas 10 mil euros o hectare vezes 6 hectares são 60 mil euros não são 200 mil euros e a Câmara adquiriu aquele terreno por 200 mil euros, isto chama-se gestão dos dinheiros públicos, ou boa gestão dos dinheiros públicos. É um caso realmente que não pode deixar de ser salientado. -----

Depois vamos aqui ao rigor dos factos. O Senhor Deputado João Guerreiro apresentou na última Assembleia o estudo, referindo que foi até ajudado pelos trabalhadores do município no sentido da aquisição de terrenos feitos desde 2002 até esta data, tentando fazer comparações relativamente àquilo que foram os terrenos adquiridos nos mandatos do António Sebastião e este terreno adquirido na localidade de Gomes Aires e faz esta comparação extraordinária, fala de terrenos adquiridos durante a minha vigência enquanto Presidente da Câmara, terrenos urbanizáveis dentro da vila de Almodôvar, dentro da vila de Almodôvar urbanizáveis, e faz comparações naturalmente com aquilo que é o terreno comprado por este executivo presidido pelo António Bota em Gomes Aires, evidentemente que esta comparação não pode ser feita.

Isto não é um trabalho sério, isto é manipulação dos dados e não pode ser um trabalho sério. Nós adquirimos uma bolsa de terrenos em Almodôvar, bolsa de terrenos na altura serviu para a construção do Centro de Saúde novo de Almodôvar, para a construção da Casa Mortuária, para a construção do Lar da Fundação São Barnabé e o restante que neste momento está a servir para o loteamento municipal, iniciativa da Câmara de Almodôvar. Comparar estes terrenos, ou o valor destes terrenos com aquilo que foi adquirido em Gomes Aires evidentemente que não pode ser uma comparação para ser levada a sério e ela só tem naturalmente motivações de carácter político. A comparação tem de ser feita entre terrenos de idêntica valia, terrenos geograficamente próximos, que estão naturalmente nas freguesias de Gomes Aires e de Santa Clara, idênticos àqueles que estamos a falar, com mato e azinheiras, nem sequer tem sobro, são terrenos cuja classificação é naturalmente bastante baixa e cujo preço rondará os 3 ou 4 mil euros o hectare e 6 hectares a 4 mil euros são 24 mil euros. Se nós até multiplicarmos esses 4 mil euros por 2 dá 8 mil euros, mas 8 mil euros x 6 hectares dá 48 mil euros e 48 mil euros não são 200 mil euros como aquilo que a Câmara deu, digamos assim, por esse terreno e portanto foi naturalmente um mau serviço feito relativamente ao Município de Almodôvar e àquilo que realmente se passou e não podemos deixar de referir também que passaram estes 12 anos e nada foi feito. Hoje há apenas a aquisição desse terreno e nada foi ali construído e temos neste momento um projeto, enfim, tem sido publicitado pela Câmara Municipal sobre essa Área de Acolhimento Empresarial que refere a importância desse investimento e que é um investimento e tem como custo aproximado das infraestruturas à volta de 6 milhões e meio de euros. -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, 6 milhões e meio de euros para fazer as infraestruturas desse loteamento empresarial, para disponibilizar lotes com um volume de metros quadrados na ordem dos 18 mil metros quadrados, 18 mil metros quadrados de lotes naquele loteamento em Gomes Aires com um custo de investimento previsível de 6 milhões e meio de euros. -----

Confessa que fez uma pesquisa relativamente àquilo que é o custo das infraestruturas de loteamentos empresariais, em todo o país, nomeadamente na zona do interior e não encontrou loteamento nenhum em parte nenhuma deste país que disponibilize 18 mil metros quadrados de lotes e que custe 6 milhões e quinhentos mil euros de infraestruturas, não encontrou em lado nenhum e, mais grave, ainda para os Senhores Deputados Municipais, todos aqui presentes, este loteamento tendo essa estimativa orçamental de 6 milhões e meio de euros tem neste momento um financiamento comunitário de 85 %, de 1 milhão e 600 mil euros o que significa que a Câmara Municipal tem que alocar para aquele investimento verbas próprias da Câmara Municipal à volta de 5 milhões de euros, isto é completamente inviável, com lotes que não vão além de 200 mil euros, se forem vendidos. -----

Quis deixar aqui estas ideias porque a Assembleia Municipal como já foi aqui referido é um órgão importante de acompanhamento e fiscalização da atividade da Câmara Municipal e tem estado completamente omissa em relação a estas questões todas, chutando para o lado e não tomando qualquer posição em relação a esta matéria.

Por outro lado quer dizer que durante a sua vigência na Câmara Municipal abandonou o loteamento de Gomes Aires precisamente por estas razões que foram aqui já por si aduzidas, precisamente por estas dificuldades e optaram por fazer uma ampliação do Parque Industrial de Almodôvar e disponibilizaram nessa altura 8 lotes com 10 mil metros quadrados que foram todos vendidos com um preço nas infraestruturas que não chegou a 1 milhão de euros. 10 mil metros quadrados não chegou a 1 milhão de euros, 18 mil metros quadrados tem uma estimativa de 6,5 milhões de euros e com custos depois operacionais nos anos seguintes de mais 2 milhões de euros, isto é um desastre para o concelho de Almodôvar. -----

O que é que não se vai fazer por causa disto, não é, como é que a Câmara vai dar resposta a estas situações todas. Portanto quer deixar aqui esta situação clarificada para

que todos tenham conhecimento e apelava aos membros da Assembleia Municipal que tivessem consciência destas situações todas e o próximo executivo da Câmara Municipal vai ter naturalmente que ponderar muito bem toda esta situação que acabou de verificar, neste tipo de condições nada foi feito, preços exorbitantes, digamos um desbarato daquilo que são os dinheiros públicos em termos de aquisição dos terrenos, isto é aquilo que nos reserva. -----

O **Presidente da Assembleia** chamou à atenção que o tempo é para cumprir e ainda tem que dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder. -----

Continuando, o **Senhor António Sebastião** disse que vai acabar já, referindo que o Senhor Presidente da Assembleia é muito profícuo nesta questão de cortar a palavra etc. mas tem de ter calma porque estas coisas têm de ser ditas e o Senhor Presidente tem responsabilidade e tem que ouvir, o Senhor Presidente da Assembleia e os membros do Executivo da Câmara são responsáveis e têm que ouvir. -----

Aquilo que queria também dizer, por último, um outro assunto. Tem acompanhado os acontecimentos dos últimos dias, nomeadamente, o relatório do Tribunal de Contas sobre o investimento do Campo Multiusos das Eiras e aquilo que está a acontecer. O Tribunal de Contas considerou ilegalidades, digamos, na feitura da obra, remeteu o processo para o Ministério Público, vamos ver o que é que vai dar no Ministério Público, com certeza que não vai dar boa coisa, porque as coisas são evidentes, mas quer referir-se sobre duas situações.-----

A primeira ao comunicado da Comissão Concelhia do Partido Socialista, pois o Presidente dessa Concelhia é a Senhora Vereadora Ana Carmo, Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

A Senhora Vereadora sabe perfeitamente que aquilo que foi feito nessa obra não são meras irregularidades administrativas, o comunicado é mentiroso nesse aspeto porque nós na Câmara Municipal e, ele próprio, enquanto Vereador alertou várias vezes para aquelas situações, aquele processo não é um processo pouco transparente, nem sequer é opaco, aquele processo é um processo como nós estarmos em frente a um vidro preto, preto sem ver nada e portanto isso é uma situação que vai dar naturalmente essas situações que estão a dar e até aconselhava a Senhora Vereadora também a verificar aquilo que foram decisões, estão escritas em ata, em atas no final de 2022, em atas no princípio de 2023, aquilo que deu origem a estas situações todas, aquilo que foram as modificações do projeto inicial, aquilo que foram os ajustes diretos, todas essas situações, verifique e veja que isso naturalmente está lá tudo consignado e que dá origem a esta situação. -----

O Vereador do PSD na Câmara Municipal, António Sebastião, alertou várias vezes para esta situação. -----

Portanto, também é mentira quando se diz que o PSD não fez nada que não apresentou obra, não faz isto, não faz aquilo, o PSD não é executivo da Câmara maioritário, está lá, faz as propostas que tem de fazer, utiliza responsabilidade, consenso e procura que as coisas funcionem e elas não funcionam neste aspeto. -----

Por último queria chamar a atenção ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia que também se pronunciou sobre este aspeto e diz muito levemente, perdoe-me Senhor Presidente dizer-lhe isto claramente, isto não é uma questão de ordem pessoal é uma questão de ordem política e dirige-se muito claramente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

O Senhor não pode enquanto Presidente da Assembleia Municipal fazer comunicados para serem colocados nas redes sociais a dizer assim “afinal a montanha pariu um rato”, Deus queira que o rato não o faça engolir e não seja uma ratazana ou um animal muito maior, vamos ver o que será. Não pode fazer isso porque o Senhor é Presidente do órgão que tem como funções a fiscalização, acompanhamento daquilo que são as atividades do executivo, não se pode dirimir dessa sua responsabilidade, não está

aqui para branquear as ações do executivo, está aqui para fiscalizar as ações do executivo, essa é a sua principal responsabilidade e portanto quer que realmente isto fique muito claro em relação a estas duas questões. -----

O Presidente da Assembleia agradeceu e aludiu que hoje o Senhor António Sebastião está nesta sessão como munícipe e não como Vereador. -----

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, responde à questão que lhe foi colocada diretamente pelo Senhor José Tadeu, relativamente à Assembleia e à fiscalização do Campo das Eiras. -----

Aquelas obras a mais, os contratos adicionais que constam naquele relatório, como sabe e o Senhor Sebastião agora acabou exatamente de dizer, não disse diretamente por essas palavras, que esses documentos não passam pela Assembleia. São contratos adicionais que são elaborados a nível da divisão de obras, depois passam em reunião de Câmara. Por acaso teve a ocasião de consultar muitos desses contratos e houve um dos vereadores, julga que o Senhor Sebastião que se absteve nuns e noutros votou contra, mas são todos contratos que passam pela Câmara, que não estiveram propriamente em deliberação na Assembleia. -----

Na assembleia a única coisa que passou em termos do Campo das Eiras foi numa sessão, que depois não conseguiu encontrar, onde houve uma alteração das percentagens relativamente à questão da obra.-----

Em relação aquilo que se pronunciou, pronunciou-se como cidadão Francisco Abreu, não como Presidente da Assembleia Municipal e foi principalmente até por ver aquele título bombástico da Comunicação Social que dava a ideia, que lançou a ideia que era um crime horroroso que se estava além a passar, quando, afinal, o processo não terminou, o Senhor Sebastião acabou de o dizer, vai ser remetido ainda para o Ministério Público, mas as conclusões do Tribunal de Contas, as decisões do Tribunal de Contas é recomendar ao Município o rigoroso cumprimento de todos os normativos legais relativos à adjudicação de Trabalhos Complementares e à Contratação Pública e e recomendar e fixar os emolumentos que consistem numa taxa devida pelos serviços prestados pelo Tribunal, os emolumentos de 1.716,40€. Mas vendo aquele título bombástico que apareceu na Comunicação Social achou que se devia pronunciar. Se vai “parir um rato”, desculpem o termo, ou uma ratazana, ou um coelho, seja lá o que for, há um ditado que diz que “toda a gente tem o direito da presunção da inocência”. Por enquanto, de acordo com o relatório do Tribunal de Contas, foi apenas um rato, se virá uma ratazana ou outro bicho qualquer nessa altura se verá e depois também cá estaremos para assumir as nossas responsabilidades e se esse for o caso também para nos retratarmos, neste caso está a falar por si, de se retratar enquanto cidadão Francisco Abreu, porque em termos de Assembleia não falou nisso. Pronunciou-se como já disse, como cidadão Francisco Abreu, como simpatizante do Partido Socialista e nada mais do que isso, em parte nenhuma apareceu a sua referência como Presidente da Assembleia Municipal e até porque não é virgem este género de situações, não há muito tempo aconteceu também uma situação, até foi com o Presidente da Assembleia da República, não se recorda do nome, em que apareceu num evento qualquer do PSD pronunciando-se também como simpatizante ou militante do PSD e não como Presidente da Assembleia da República. São situações completamente distintas, se se pronunciasse em nome da Assembleia Municipal, ou aqui nesta sessão, esta situação seria uma questão diferente, não quer dizer que não o fizesse, às vezes até por “reagir a quente” não quer dizer que não o fizesse, também não é Santo nenhum, que às vezes o sangue também não lhe ferva e que não tenha que reagir a quente, este não foi o caso.---

Pensa que respondi à questão colocada pelo Senhor Sebastião, da questão daquele comunicado e pensa que respondeu ao senhor José Tadeu relativamente à questão da fiscalização. Volto a repetir, todos aqueles contratos adicionais, aliás seguramente vocês já tiveram a ocasião de ler o Relatório, todos esses contratos, por acaso teve a ocasião de falar com a pessoa que os fez, e tem a máxima confiança nela, todos aqueles contratos

adicionais foram feitos em função do decorrer da obra, situações que não estavam previstas na obra e que, como qualquer responsável do serviço de obras ou qualquer outra pessoa, vê que a obra que estava inicialmente prevista não prevê determinada situação com que se deparam, está-se a lembrar, salvo erro, que uma delas tinha a ver com a questão dos esgotos, se a pessoa responsável vê que a obra não prevê essa situação, não vai terminar a obra só porque o projeto inicial diz assim e depois passado algum tempo tem que partir tudo e fazer de novo. -----

Todos esses contratos tiveram as devidas argumentações, foram contextualizadas, foram devidamente justificadas e argumentadas e agora veremos qual é que será a decisão final. Mas, seguramente, pensa que quem o fez, até porque os contratos passam todos pelo crivo do departamento jurídico da Câmara Municipal, quem o fez com certeza que não fez as coisas de ânimo leve, essa é a sua opinião. Senhor José Tadeu é o que pode responder relativamente à questão da fiscalização da Assembleia, até porque foi um assunto que apareceu agora e não houve nada anteriormente. Já o caso da Área Empresarial de Gomes Aires tem sido recorrentemente falado nas sessões da Assembleia Municipal, é um assunto que é recorrente falar. No caso do Campo das Eiras nunca mais se falou no assunto, a obra foi feita, foi inaugurada o ano passado pela altura do 25 de abril e nunca mais se falou no assunto, portanto, foi até com alguma surpresa, pelo menos da sua parte, que apareceram agora estas notícias. Da sua parte pensa que respondeu às questões que lhe foram colocadas. -----

Dá agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que diretamente lhe colocaram. Senhor Presidente faça favor. -----

Tomando a palavra, o **Presidente da Câmara** disse que é um prazer estar aqui em São Barnabé, é um prazer estar neste espaço também recentemente inaugurado que é de todos nós, de São Barnabé e de quem cá vem, daqueles que o querem e precisam de o usar e está neste momento à disponibilidade da Junta de Freguesia. Uma obra feita pela Câmara Municipal com todo o apoio possível e imaginário para que a Junta também possa prestar um serviço digno aos seus munícipes, aos seus amigos e amigas que moram cá e aos que não vêm cá, para usar este espaço como bem entenderem desde que o mesmo seja respeitado.-----

Teve dificuldade, numa primeira fase, não conseguia ouvir. Se houver alguma questão que não responda pedia ao Senhor Presidente da Assembleia para permitir que repetissem porque o som não estava a chegar bem e estava com dificuldades em perceber, só depois de ajustarem as colunas é que começou a ouvir melhor. -----

Começo por responder ao Senhor Hugo Mariano, não por falta de respeito a todos os outros que falaram antes, mas é o único que não trás politiquices aqui para o meio, trás um problema sério e é um problema que infelizmente tem que lhe pedir desculpas, já o fez uma vez. O processo já esta algures na sua secretária pronto para ser analisado, mas o seu processo é um daqueles que nos envergonha. -----

Prosseguindo, Senhor Hugo Mariano, estava a dizer-lhe que o seu projeto já está na minha secretária e que de facto custa-me dizer-lhe isto, mas a Câmara Municipal está atrasada com os projetos. Não é um caso único no País como o Senhor focou, não é um caso único na Câmara de Almodôvar, o problema é nosso, da Câmara. Do país não nos interessa, mas temos muitos processos em atraso, não temos tido capacidade de dar resposta, entraram muitos projetos no pós Covid, nós temos projetos com 1 ano e meio de atraso, sabe que há Câmaras que também têm, mas a nossa é que me interessa e portanto, publicamente assume essa responsabilidade. O Senhor Vereador já falou com ele mas quem responde pela Câmara pelo bem e pelo mal sou eu, portanto assume essa responsabilidade. Julga que dentro desta semana, marcaram uma reunião para quarta-feira da semana que vem e julga ter uma resposta definitiva para o senhor, mas a falha está feita e o senhor tem toda a razão em vir aqui e em expressar esse seu problema. Já foi duas vezes à reunião de Câmara e mesmo assim não conseguimos nessas duas vezes ultrapassar o problema, não tem sido fácil para nós, temos 160 processos de obras, de

alterações, de junções, de uma série de situações que não estamos a dar conta do recado. Tínhamos 2 Técnicas Superiores, uma saiu em mobilidade para a sua terra natal, que não estava a conseguir pagar a casa em Almodôvar e ficamos com uma e não estamos de facto a conseguir, portanto as suas desculpas públicas. O facto não é algo que se possa regozijar em termos de autarca, mas é a verdade e sendo verdade não vale a pena estar aqui com rodeios. Temos feito muito trabalho na Herdade dos Toucinhos, na Africa Safari Parque, levou-nos muito tempo, são projetos que têm muitas alterações e têm muito significado e depois os técnicos ocupam muito tempo nesses e deixam outros também de importância grande e vão ficando para trás, o seu infelizmente é um deles, mais uma vez as suas desculpas em nome da Câmara Municipal. -----

Agora irá àquilo que de facto os trouxe cá hoje, isto é um espaço político, aqui discute-se política. O seu caro amigo Tadeu já o conhece há bastante tempo e que está aqui presente, fez uma sequência de perguntas e não percebeu a última, se não responder pede desculpa e depois o Tadeu repete porque tem todo o direito à resposta.

Relativamente à estrada do Zambujal. Há muitos anos que se fala na estrada do Zambujal, há 20 e tal anos que se fala na estrada do Zambujal, de facto o anterior executivo não foi capaz de fazer nada sobre ela e este também não, nada de novo, infelizmente não conseguimos ainda. Tem um compromisso com o Senhor Presidente da Junta que não faria a estrada do Zambujal, mas que deixa um estudo prévio preparado, um projeto em fase adiantada e é isso que está a fazer para que pelo menos deixe alguma coisa mais do que estava. De qualquer das maneiras não vale a pena agora falar da obra feita em São Barnabé porque todos nós fazemos obra, mas a estrada do Zambujal não está feita, mas fizemos a recuperação, e disse e muito bem, desde a Corte Figueira dos Coelhos até São Barnabé ainda não conseguimos fazer o outro bocado e ficará para o próximo executivo, senão também não deixa nada para fazer quem vem a seguir a si, depois é um bocado chato as pessoas vêm ganham o vencimento e não fazem nada, portanto esta é a questão, agora era mesmo para rir agora podemos todos rir. No entanto aquilo que foi feito em São Barnabé é um orgulho para todos nós, São Barnabé e Almodôvar, todo o concelho, toda a freguesia e todo o concelho e de facto não foi pouco foi aquilo que foi possível fazer, ainda falta fazer mais. Está em curso neste momento o início da ETA do Malhão e está para breve a repavimentação da estrada, do cruzamento da estrada de Salir como chamamos vulgarmente até Felizes. Portanto ainda estão 2 obras apontadas, uma delas já está entregue ao empreiteiro, só não começou ainda porque acha que não tem pessoal ou condições de começar e a outra está a ser preparada em termos de projeto para ser entregue, é uma obra cujo valor permite uma consulta prévia, permite convite a 3 ou 4 empreiteiros, será uma obra que não vai a concurso será mais fácil adjudicar. Portanto Zambujal fica esta a questão.-----

Relativamente às faixas de incêndio tem toda a razão e é uma pessoa que respeita muito ao nível da Proteção Civil, o Tadeu conhece e gosta e está diretamente ligado a estas coisas. Neste momento o ICNF assumiu a responsabilidade das faixas primárias, ou seja, o trabalho que nós antigamente fazíamos de preparar as faixas, decidir onde é que fazíamos é decisão do ICNF e neste momento está nas mãos de um senhor chamado Belcheorinho, engenheiro Belcheorinho, que é quem coordena o ICNF na região sul, tiveram uma equipa durante 15 dias a fazer uma faixa aqui em São Barnabé, uma equipa de Sapadores Distritais e estamos à espera que nos mandem a decisão do que é que querem que nós façamos e assim que nos mandem nós fazemos, geralmente costumamos fazer em agosto. Primeiro fazemos a limpeza das bermas e valetas, que é o que dá mais risco, e depois fazemos a faixa primária de contenção de incêndios em caso de um grande incêndio, espera que nada aconteça, nem aqui nem em lado nenhum, mas de facto não está só nas nossas mãos, apesar de a responsabilidade também ser nossa, está na mão do ICNF. Trocou mensagem com o nosso Técnico Florestal para perguntar se havia alguma decisão que não tivesse tomado conhecimento nos últimos 2 ou 3 dias,

até porque foi feriado na terça-feira e poderia não ter visto o email, e diz-lhe que não, está tudo igual, continuamos à espera.-----

Relativamente à candidatura que lhe pergunta da Proteção Civil, sim existem 320 mil euros na nossa ITI, a ITI é um fundo de investimento que temos na CIMBAL, como todos sabem preside também a CIMBAL e isso não lhe dá mais vantagem em relação a fundos. Almodôvar tem direito a uma percentagem dos fundos, mas conhece muito bem o processo, temos cerca de 320 mil euros para aplicar em Proteção Civil. Houve uma intenção inicial de fazermos um depósito de água gigante e um espaço para pouso de helicópteros para um ataque numa primeira fase, um primeiro ataque a um eventual incêndio aqui na zona circundante e isso não teve depois lugar. Andamos à procura de terrenos, ele próprio foi com o Comandante dos Bombeiros ver alguns terrenos, o único que lhe parecia mais viável e estiveram lá com o Senhor Presidente da Junta e pensa também na altura havia um elemento da Junta que também foi, identificaram o proprietário, mas a coisa depois não correu bem porque a pessoa não queria vender os 2 hectares, ou 1 hectare e meio que nós precisávamos, queria vender os 15 hectares, que era precisamente na estrada que vai para Salir, numa zona onde estão umas ruínas uma zona onde têm deitado lá um entulho e aquilo até estava bem plano, parecia ser a zona mais adequada, eventualmente não vai ter tempo de executar nada porque faltam 4 meses para acabar este mandato e de facto o dinheiro está lá até 2030, quem vier a seguir a si tentará naturalmente fazer esse projeto. -----

Não há projeto feito ainda, pensou em adquirir uma viatura para os Bombeiros e se calhar essa é uma das opções e ainda vai sobrar dinheiro para outro projeto. Estão a estudar a viabilidade a ver com o Comandante dos Bombeiros qual será a melhor opção, entretanto estamos a adquirir capacetes de proteção para os Bombeiros e alterar os portões dos Bombeiros Voluntários de Almodôvar. Portanto, há um investimento de 80 e tal mil euros no Quartel dos Bombeiros que pensou que poderiam sair deste valor, mas não podem sair deste valor porque não há nenhum item na candidatura que permita esta saída, portanto ficaremos com o valor disponível, pensa que até uma vez em reunião de Câmara informou que sairia, mas afinal depois do parecer não pode sair.-

A sinalética que se refere na estrada da ribeira, sim, não há previsão de colocar sinalética, mas a estrada para além de sinalética precisa de reparações de fundo, aquela estrada ainda a semana passada ali passei precisa de uma obra de fundo que tem de ser feita o quanto antes porque há muitas depressões, há aberturas, há aquilo que nós chamamos a pele de crocodilo, a estrada está a estalar com água por baixo o enronçamento da estrada já não está nas melhores condições, portanto, além dessa sinalética que se refere precisa disso. Fizeram sinalética horizontal há coisa de 2 meses, talvez não há ainda 2 meses aqui em toda a estrada que vai de Almodôvar até à fronteira e temos também quer fazer naquela estrada, mas não está ainda no plano nem projeto para o fazer, portanto será um projeto para o futuro.-----

O alargamento daquela estrada entre a Corte Figueira dos Coelho e a outra estrada que vulgarmente chamamos a estrada de Salir, terá que ficar para uma segunda situação, porque é um alargamento que vai custar à volta de 500 a 600 mil euros, é o custo, está calculado, há um estudo prévio feito para essa estrada e há um problema que é o dinheiro não cai do céu, não cai das árvores, portanto isto tem de se gerir, tem de se fazer em todas as freguesias, nós queríamos fazer tudo em todas as freguesias, não conseguimos, vamos fazendo as mais prioritárias e vamos fazendo aquelas que nos dão também possibilidade de algum retorno financeiro em termos de apoios comunitários, para que com o dinheiro que vem possamos também lançar outras, sabe que não será comum o Presidente de Câmara dizer não temos dinheiro para investir nessa estrada ainda, mas temos que o dizer, de facto não sobra ainda para essa, no próximo mandato no próximo orçamento de 26, se calhar irá sobrar dinheiro para essas obras, mas não conseguimos fazer todas em simultâneo. Os compromissos que existem da Câmara Municipal, ao contrário do que alguns Senhores, até Vereadores e alguns Senhores

Deputados e público em geral que gosta muito deste executivo querem fazer parecer, o estado financeiro da Câmara Municipal está uma calamidade e que vai ficar uma calamidade após a saída do Presidente. Ao contrário, é um erro, aliás nunca tínhamos devido tão pouco dinheiro à banca como devemos neste momento, não temos dívidas a ninguém, não devemos dinheiro com a exceção das contas corrente normais todos os meses, a água, eletricidade, o telefone etc. se há alguém que de facto pensa o contrário vamos ver as obras que estão lançadas, são obras financiadas, pode correr muito bem e conseguirmos o financiamento no imediato, pode correr pior e o financiamento vir mais tarde, mas as grandes obras são financiadas e já vai responder agora à questão da Escola Secundária, que é a questão seguinte. -----

A Escola Secundária foi lançado ontem ou hoje não pode precisar, o novo concurso da Escola Secundária. Aumentamos a Escola Secundária em meio milhão de euros, isto tem a ver com 3 ou 4 situações e alguém aí mencionou que de facto os projetistas podem não estar a fazer bem as contas, de facto se calhar não estão, os projetistas calculam a saca de cimento, metro de toutvenant, metro de brita, o gasóleo, a máquina, o homem, e esquecem-se que nós estamos em Almodôvar e que para cá chegarem precisam de combustível, geralmente as empresas que vêm trabalhar para o nosso concelho não são empresas de cá, nestas grandes obras são empresas de Braga, Guimarães, Porto, Leiria, onde existe mão-de-obra para trabalhar e essas pessoas custam dinheiro, têm que dormir cá, têm que comer cá, têm que vir para cá de autocarro, de carrinhas e isso tem um custo que os projetistas não calculam quando fazem um projeto e a lei não lhe permite que chegue a um projeto e veja que o projeto está curto financeiramente e aumente o valor, isto não funciona assim, isto não está nas nossas mãos, nós podemos fazer pequenos ajustes, um projeto de 6 milhões 550 podemos passá-lo para 6 milhões e 600, 6 milhões 570, mas não podemos colocar meio milhão de euros numa obra só porque achamos que a obra está barata, nós não temos essa autonomia. Portanto o projeto foi a concurso internacional, voltou deserto, ou seja voltou sem ninguém lhe pegar, não houve empreiteiro nenhum que tivesse agarrado nesse projeto e de facto veio deserto, como se diz na linguagem técnica. Ao vir deserto pediu ao projetista que recalculasse o valor do projeto porque é um projeto importante para nós, o projetista recalculou e imputou mais meio milhão de euros, ao projeto, mais coisa menos coisa, portanto foi agora lançado por seis milhões e 650 mil euros, se não está em erro, estava em 6 milhões e 70 ou 6 milhões e 80 e acha que foi lançado por 6 milhões 650, foi lançado hoje de manhã ou ontem à tarde e esperam que agora algum empreiteiro se agarre ao projeto. -----

Este projeto tem levado mais tempo do que era desejável, a obra está financiada no PRR, estão agora a discutir uma possibilidade da obra passar para o BAI, portanto em vez de ser PRR passa para o BAI porque não vamos ter tempo de acabar a obra até que o PRR termine, ou seja, o PRR termina supostamente em junho do ano que vem e os fundos a aplicação dos fundos até lá não seremos capazes, nem que a obra tivesse começado há 2 meses como era previsto, não seríamos capazes de a fazer. Portanto, há uma negociação em curso com a CCDR para que esta obra seja financiada via BAI, o financiamento ronda sempre os 85% seja via BAI seja PRR, porque há componentes da obra que não fazem parte do financiamento, há partes dentro da obra que não são financiáveis, portanto não são passíveis de ser candidatáveis e esses, mesmo no PRR que paga a 100%, esses nunca seriam pagos a 100%, portanto estamos a falar de uma obra que nos seus 6 milhões e 600 mil euros nós pagamos supostamente 15 ou 20% dessa obra, se tudo correr bem, se não correr bem pagaremos 25%, mas o importante é que a obra se faça, o importante é que a obra esteja no terreno porque as nossas crianças precisam de uma escola decente, com climatização, com condições, com eficiência energética, para que a Câmara todos os meses poupe na eletricidade e por aí fora e a obra que lá está neste momento da Escola Secundária não reúne essas

condições, portanto temos que aproveitar. Vamos lançar agora o novo concurso, vamos esperar a ver se de facto existe algum empreiteiro que tome conta da obra. -----

Foi uma questão do Senhor Tadeu ou de alguém que perguntou, mas posso afirmar que tivemos em concurso a requalificação da extensão de saúde do Rosário e da Semblana já está entregue, portanto a obra teve candidatos, teve pelo menos um candidato, não se recorda se foi um se foi mais, mas pelo menos um que ganhou a obra, está entregue, vai ser o contrato formalizado em breve e também a Rua do Algarve e o Largo da Ferraria que é uma obra que andava aqui também há um ano para trás e para a frente já foi também entregue, já tivemos um candidato ou dois candidatos que concorreram à obra, foi lançada por mais de 250 mil euros, cá está, a obra estava com um valor que ninguém lhe pegava e agora já houve um concorrente, ainda não está adjudicada porque não houve sequer contrato ainda com a obra. Portanto as coisas começam a correr um bocadinho melhor e para quem diz que a obra só se faz no último ano não é bem verdade, aconteceu aqui algumas discrepâncias de tempo que quem nos dera a todos, não é a si, a todos, que não tivessem acontecido porque não é candidato. Fazer a obra o ano passado ou este ano era igual, a questão é todos nós precisamos dessas obras e elas estão atrasadas porque houve aqui situações de falta de empreiteiros, falta de mão-de-obra, é um ano eleitoral há muitas obras no País e não há mão-de-obra, não há empreiteiros que assumam e os que assumem, dou o exemplo aqui da ETA do Malhão, há dois meses quase que estamos à espera que o empreiteiro comece a obra quando a obra está adjudicada há um mês e meio, a Escola EB1 de Santa Clara foi adjudicada o ano passado em agosto, começou o mês passado, portanto a prova está aqui, quando uma pessoa tem uma obra adjudicada de 180 mil euros e começa a obra um ano depois não é por falta de dinheiro, não é por falta de trabalhar, é porque não tem tempo, é porque não tem pessoas, não tem condições, o importante é fazer-se a obra e está a ser feita. -----

Pensa que o Senhor Tadeu só lhe fez mais uma pergunta que é a pergunta, com o devido respeito, da *“montanha engoliu um rato”* que é a pergunta do Campo das Eiras. Sempre que se faz uma grande obra numa Câmara há naturalmente dúvidas sobre procedimentos, há dúvidas sobre dinheiro, há dúvidas sobre financiamento, há dúvidas sobre se a obra está bem ou está mal, volta a dizer, ainda que o nosso Vereador que hoje lamenta que ele não esteja aqui, há 30 anos que não o via como cidadão comum, hoje vê-o como cidadão comum, ainda bem, lamenta dizer, mas por exemplo o Cineteatro foi uma obra que este executivo que herdou, enferma, herdou com enfermidades, foi-se resolvendo, houve boas decisões? Se calhar nem todas foram boas, nem do executivo que esteve antes de si nem de si próprio. Houve certamente decisões que se tivessem sido feitas de outra maneira tinham dado um resultado diferente, o problema é que nós só nos apercebemos disso, muitas vezes, quando a obra está a decorrer, ou quando a obra está terminada, ou quando detetamos um problema em obra. Isto acontece connosco nas nossas vidas privadas, com as Câmaras e isto não é falta de competência, nem do que esteve antes de si, nem do que está aqui, nem do que virá a seguir a si, acontece, as obras acontecem, há coisas que estão em obra que não estavam previstas, há dificuldades, há falta de material, há uma decisão que se toma e o executivo da Câmara Municipal, todo o executivo que está em funções todos os dias na Câmara, na altura era o António Bota, a Lucinda Jorge, o João Pereira e Ana Carmo, o Sebastião não participou nesta componente, visitamos a obra e face às dificuldades que o empreiteiro lhes ia dando e o nosso Chefe de Divisão acharam por bem fazer alterações à obra. Mandaram parar a obra, mandaram alterar o projeto e dessas alterações significou que tiveram de ser assumidos trabalhos que fizeram parte das alterações, ou seja, mudaram o restaurante que supostamente era um snack-bar, uma esplanada pequena no snack-bar por cima do futuro museu do medronho, mudaram para restaurante que era pequeno, mudaram a Praça, a calçada que fazia parte da Praça teve de ser substituída porque por baixo dessa calçada colocaram uma rede de águas, esgotos, eletricidade que

não estavam previstas no projeto, reforçaram os muros de contenção do espaço do Campo Multiusos porque os muros que lá estavam não estavam preparados para receber o peso do restaurante e do edificado que estavam a construir. Alteraram o conjunto das escadas para poderem ter em vez de uma entrada para ter duas entradas. Portanto, houve uma série de alterações dentro do restaurante que não existia na praça no conjunto total e essas alterações obrigaram a reformular o projeto de construção. O executivo, um Presidente ou uma Presidente de Câmara ou um Vereador ou uma Vereadora quando toma decisões geralmente toma decisões baseadas em informações técnicas, os Presidentes de Câmara não são nem médicos, nem engenheiros, nem enfermeiros, nem terapeutas, perguntam aos seus técnicos qual é a opinião, como é que se deve fazer e depois concordam ou não concordam ou dizem aos técnicos eu quero isto assim, preparem o procedimento para que isso seja assim. Foi o que aconteceu, assumiu que queria um Campo das Eiras com uma determinada funcionalidade e os nossos técnicos prepararam em conjunto com o projetista e isto trouxe alguns custos, isto resultou em 8 contratos adicionais ao preço inicialmente previsto, não sabe se quem falou deste assunto, sabe que há muita gente no facebook a tirar proveito, as redes sociais são a pior coisa que existe e é por essa razão que não abre o facebook da Câmara para que vocês, alguns de vocês lavam a roupa suja lá, quem quiser lavar roupa suja partilhe no seu próprio facebook e faça o que entenderem, até partilha o seu geralmente e deixa lavar roupa suja, não se importa, mas ia dizer que nos facebook e as redes sociais nós podemos ofender toda a gente, podemos dizer o que queremos, estamos lá atrás de um ecrã, ninguém nos vê, “eh pá, este gajo é um pulha”, “fulano é não sei quantos, é um corrupto” ... é o que dá, digam lá o que quiserem está tudo bem, o facto é que se calhar deviam ler o Relatório porque aquilo que vê é que a maior parte de quem comenta não leu o relatório, são 58 páginas, se calhar dá muito trabalho ler, leiam o relatório e o relatório é claro, a Câmara não foi multada, não há multa nenhuma para a Câmara, o Tribunal de Contas tem uma divisão que se chama o Tribunal Constitucional do próprio Tribunal de Contas, o processo que está aqui, vai seguir, a Câmara Municipal foi ilibada de qualquer problema, de qualquer coima, pagamos 1700 euros que são as ajudas de custo do processo, é uma ajuda de custo, isto originou-se porquê? O nosso vereador, e bem, achou que alguma coisa não estava bem e fez uma queixa ao Tribunal de Contas, assumida por ele logo na reunião de Câmara e dessa queixa resultou uma análise, uma perícia do Tribunal de Contas ao Campo das Eiras. Se analisarem todas as obras certamente encontram sempre alguma coisa que não está bem, uma vírgula, uma coima, qualquer coisa aparece, mas esta teve 8 contratos adicionais e teve 2 de trabalhos a menos. Dos 8 contratos adicionais o 1.º foi votado com a abstenção do vereador António Sebastião, o 2.º o vereador Sebastião também se absteve, o 3.º também, o 4.º foi votado por unanimidade, portanto todos os vereadores votaram a favor, o 5.º o voto contra do António Sebastião, o 6.º o voto contra do António Sebastião, o 7.º o voto contra do António Sebastião e o 8.º o voto contra do António Sebastião. Portanto, o vereador António Sebastião achou que alguma coisa não estava bem, na opinião dele, e fez uma queixa ao Tribunal de Contas, este pelo menos teve coragem de assumir porque as outras queixas da judiciária que a Câmara vai tendo todos os anos, são daquelas pessoas que não têm coragem de assumir e vão mandar cartas para a judiciária a dizer que o Presidente é isto é aquilo. Por exemplo, a compra em Gomes Aires, o Presidente ficou com 100 mil euros dos 200 mil euros, dos 200 mil euros 100 mil euros foram para o Presidente, este tipo de queixas que não fazem sentido nenhum mas que aparecem, não sabe de quem são, mas são de pessoas que se calhar têm mesmo muito tempo disponível, ou então têm falta de carácter quando vão às redes sociais acusar os outros de falta de carácter. O que está aqui é que o Tribunal de Contas decidiu que destes 8 contratos, os 2 de trabalhos a menos estavam justos porque foi obra que não se fez e que faziam parte do projeto anterior e houve 8 propostas: das 8 duas estão corretíssimas, por acaso não coincidem com a que todos votaram por unanimidade, isto

é irrelevante, mas há 2 que estão bem e há 6 que eles acharam que à obra que se fez devia ter sido lançado um concurso público, ou um concurso de prévia qualificação. Concurso público é quando nós lançamos uma proposta e qualquer pessoa em Portugal qualquer empreiteiro pode concorrer e ganhar e concurso por prévia qualificação, é nós convidarmos 3 ou 4 empreiteiros, ou 5 ou 10, aqueles que acharmos por bem, e irmos buscar aqueles que achamos que são mais competentes e entregar a obra aquele que nós achamos que é mais competente. No fundo é uma metodologia que nunca gostou de usar, se calhar foi parvo porque nunca a usou, porque no fundo é dar a um empreiteiro que nós queremos uma obra, portanto, isso será para si irregular, isso para si é que é irregular, escolher entre 4 ou 5 empreiteiros e dizer aquele é o que faz melhor só porque tem mais uma máquina, ou porque tem mais um homem, ou porque tem mais um seguro, acha isto irregular, porque não está a dar oportunidade a todos concorrerem, isto é a sua opinião. Portanto optou, e aqui o responsável é ele, optou pelo seguinte: com os pareceres técnicos que tinha na mão optou por fazer trabalhos complementares, não percebendo naturalmente que não podiam ser complementares, achou que podiam porque faziam parte da mesma obra e o Tribunal achou que eram trabalhos que não pertenciam àquela obra, porque um trabalho complementar é um trabalho que complementa uma em curso e estes para mim complementavam o em curso. O Tribunal achou que não, achou que estes trabalhos deviam ter sido colocados nesta metodologia, ora quem está à frente de uma Câmara que tem um edifício, imaginem este edifício, e chegamos à conclusão que aquela viga tem de ser mudada, um empreiteiro faz a estrutura, faz o chão, faz o teto, faz o telhado, faz as luzes e depois há um empreiteiro desconhecido que coloca aquela viga, o que fez o resto diz, espera aí, mas a obra não está boa, está a meter água ali no parafuso, a culpa é do outro que fez o telhado, não é minha e o que fez a viga diz não eu coloquei, mas o telhado é que tinha lá um buraco, a culpa não é minha e isto só dá barracada não vale a pena, só dá chatice. Estão aqui dois candidatos à Câmara nesta sala, um deles certamente será Presidente de Câmara, estas coisas tem de se ter muito cuidado porque nós agora fomos avisados, mas o Tribunal de Contas aviso-nos, fez um alerta, atenção que isto não se pode fazer agora, como é que resolvemos a situação quando acontece uma coisa destas, porque os projetos têm sempre erros, não há projeto nenhum que esteja perfeito, completo, falta sempre qualquer coisa ou há sempre qualquer coisa que não correu bem e temos que corrigir no decorrer da obra, sempre. Portanto, há que haver aqui um cuidado porque a Câmara de Almodôvar neste momento já tem um alerta, já não podemos dizer que não sabíamos, está lá escrito preto no branco, esta metodologia não é possível, portanto é esse cuidado que eu deixo logo aqui em público para que aprendam com os nossos erros, todos nós vamos às vezes fazemos erros, apesar de não achar que tenha sido um erro. Resumindo, se voltasse hoje a ter este problema ou a esta necessidade se calhar fazia precisamente o mesmo, mas com a correção de convidar, em vez de convidar o empreiteiro que está em obra que lhe pareceu ser o mais lógico, a pessoa única responsável por tudo, não há desculpas, nem aquilo não fui eu que fiz, nem aquilo fui eu que fiz, a garantia é do mesmo, se calhar teria de fazer uma consulta por prévia qualificação, era o que mudava, mas nunca abriria um concurso público e o Tribunal de Contas não dá razão, diz que é uma obra irregular, que é uma ilegalidade, houve quem só lesse os títulos de jornal e não se preocupou em ler o relatório e vão para as redes sociais mandar abébias, achar que é corrupção. Estão no vosso direito, nós cumprimos todas as regras, temos 31% de trabalhos a mais no Campo das Eiras, o máximo é 40%, não atingimos, temos 39%, mas temos que retirar 8.5 ou 8.6 dos trabalhos a menos e ficamos com 31%. Está tudo perfeito, o trabalho está pago, a obra está lá, ainda não estamos a dar-lhe o uso a 100% como queria dar, mas lá chegaremos, ou lá chegará quem vier a seguir, mas está feita, vale mais uma obra feita de que uma obra por fazer, está lá, é como dizer que isto devia ter sido feito 4 anos antes, não foi, mas agora está feito. -----

O **Presidente da Assembleia** chamou a atenção que estão quase a esgotar o tempo.

O **Presidente da Câmara** referiu que vai utilizar o mesmo argumento que os meus colegas usam, deixe-me lá acabar, fizeram-lhe 6 ou 7 perguntas e tem que responder, mas se o Presidente achar que se cale já ou também pode tentar reduzir isto o máximo. -

Continuando, disse que relativamente à questão do facebook não responde pelo Presidente da Assembleia, nem pelo PS, nem acha que o assunto do comunicado do PS devia vir a esta Assembleia, mas usou o próprio, acha que o comunicado está extremamente bem escrito, porque se o PSD tem o direito de fazer um comunicado sobre um assunto que pelos vistos nem sequer conhece, nem deve ter lido o relatório, porque é que o PS não há de ter o direito também de defender os seus autarcas? Qual é a diferença? O PSD é o menino bonito e o PS não, são todos iguais em termos democráticos, o PSD lança boatos que há uma ilegalidade, a Câmara é uma desgraça, enfim, que a Câmara está uma miséria que é o que se vê, que é o que temos e por aí fora e o PS com uma imagem a defender, no concelho, de orgulho como certamente o PSD teve noutros tempos que estava no poder, só fez o que tinha a fazer, defendeu os seus interesses e acho que o comunicado está muito bem explícito, bem escrito, ele próprio o usou no seu facebook pessoal, nem aceita que os partidos o critiquem por esse facto porque o seu facebook é pessoal, faz dele o que bem entender como vocês fazem do vosso o que bem entenderem, portanto o da Câmara, como já explicou, não é para enxovalhar ninguém, é institucional, com o respeito enorme pelo facebook da Câmara e quem vier a seguir a si se quiser ligar as máquinas de lavar abram, porque a oposição vai ter sempre razões de queixa, sempre, por tudo, por nada, por quase tudo e por quase nada, portanto, sobre esse assunto acha que foi o mais claro possível.-----

O seu colega de Câmara António Sebastião colocou aqui 2 ou 3 questões. Assume na íntegra os documentos que transmitiu ao deputado João, são documentos físicos que estão na Câmara e permita que corrija a sua intervenção e lhe diga que a comparação não foi feita só com terrenos rústicos e terrenos urbanos, a comparação teve 4 ou 5 situações de compra e venda e, permita-lhe corrigir também, que essas comparações foram feitas em locais, não no mesmo local, mas em locais semelhantes ou do mesmo valor e, já agora, permita-lhe corrigir que a compra que fez relativamente à casa mortuária, ao hospital novo, ao lar de São Barnabé e além onde hoje temos o loteamento Mártir e Santo são compras distintas, não são a mesma compra, são lotes diferentes, um vem do Varela, outro vem do Dinis, outro vem do João da Horta, são compras completamente diferentes, talvez aqui em São Barnabé não saibam quem são os donos, mas ele sabe, foram compras distintas, tiveram a sua necessidade e foram compradas pela Câmara, e bem, tem pena que não tivessem comprado o terreno há 15 anos atrás, se calhar tinha deixado um projeto para ele fazer e hoje tínhamos uma Área Industrial igual à de Messines e a bombar e a trazer economia para o concelho e empregos, porque a Área Industrial que o Senhor Ex-Presidente da Câmara fez, e fez bem, em Almodôvar foi para retirar as oficinas, as carpintarias, enfim o barulho das ruas e pergunta a quem está aqui, toda a gente conhece a Zona Industrial de Almodôvar, na saída de Almodôvar para Mértola, na 267, quantos empregos é que estão lá? Quantas pessoas é que trabalham lá fora de Almodôvar, que famílias é que vieram trabalhar para lá, que empregabilidade é que gerou? E é isto que não queria que acontecesse no loteamento de Gomes Aires. Queríamos empresas de fora que trouxessem mais-valias económicas, que nos ajudassem a desenvolver o concelho, porque cada empregado que vem para Almodôvar trás uma família, uma criança para a escola, alguém que compra no supermercado, alguém que bebe no café, alguém que almoça ou janta num restaurante e é o emprego, portanto não critica nem nunca criticou o investimento que o anterior executivo fez na Zona Industrial de Almodôvar ou noutro projeto qualquer, se fez é porque era necessário fazer, infelizmente temos visões muito diferentes de política, é a visão anterior que estava tudo bem feito, são as estrelas que estavam no poder, estrela/PSD, e agora temos uns fulanos no poder que compram, querem gastar muito

dinheiro, que é um desperísimo e são os falhados/PS. Claro que não aceita naturalmente essa lógica, nem essa designação, nem essa estampa, se compraram antes terrenos e acharam que era uma mais-valia para a Câmara fizeram muitíssimo bem, olhe, e o loteamento da Cerca do Convento custou 900 mil euros à Câmara Municipal. Alguém se queixou disso? Não. Tem lá 22 lotes, se não se engana, não fizeram dinheiro para pagar os lotes, nem pouco mais ou menos, como não vamos também fazer no loteamento de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires, não era necessário fazer, era melhor ter um baldio ao lado do convento? Ou ter agora lá 20 e tal vivendas feitas? É um investimento que é necessário fazer, daqui a 10 anos se quem vier a seguir a si tiver a coragem de continuar com a obra certamente temos ali empresas, não aparecem amanhã, mas temos que ter as condições para chamar as empresas, como aquele Senhor há bocadinho se veio queixar, se o projeto dele já estivesse aprovado se calhar já tinha lá investimento, não fomos capazes de dar resposta ainda, algumas coisas falhamos, espera que agora quem vier a seguir pelo menos ficam com um projeto feito, uma obra lançada, daqui a 2 semanas a obra é lançada, 6 milhões e meio se não se engana, financiada a 85% e não é verdade que não exista dinheiro, existe na ITI, são 1 milhão e 600 mil euros, ou 1 milhão e 500, mas toda a gente sabe e o Senhor Vereador, que hoje é um Município, sabe melhor e tão bem quanto a maior parte dos que estão aqui na sala que o dinheiro, quando existe numa ITI há uma verba e há dos 58 municípios da CCDR, nem todo vão cumprir os financiamentos nem as obras, sobra sempre dinheiro, nunca aconteceu o contrário, só se nós formos os coitadinhos que vamos ter esse problema, chegar ao meio da obra ou ao fim da obra e não há mais dinheiro, mas por amor de Deus, se não houver, sabem uma coisa, pagamos 5 milhões de euros em dívida à banca, usem-nos agora para fazer a obra. -----

Mais uma pequena coisa, bolsa de terrenos isto Senhor Sebastião, já falou dela, já existe bolsa de terrenos, compreendo, relatório do Tribunal de Contas, pensa que já respondeu e o Senhor Presidente não pediu para dizer, mas pode dizer que a montanha pariu um rato em relação ao assunto do Campo das Eiras, não tenho qualquer problema em afirmar isso mais uma vez, repete, a Câmara não foi multada, a Câmara está a pagar as ajudas de custo como tem pago muitas outras, 1600 euros, não há processo-crime para Tribunal, não há, a Câmara está liberta de qualquer crime, não houve crime da Câmara, houve chamada de atenção para uma tipologia de contratação que o Tribunal de Contas entende ser ilegal, eu entendo que é irregular, aprendemos, não podemos repeti-la, no entanto o que está em causa não tem a ver com uma má decisão, não tem a ver com uma má gestão, não tem a ver com a imagem da vossa Câmara Municipal que infelizmente vocês tanto degradam, nunca vos vejo partilhar coisas boas, mas qualquer coisinha que ajude a prejudicar a imagem da Câmara lá fora, caramba, parece mentira, parecem formigas a açúcar. -----

O Presidente da Assembleia lembrou que ultrapassaram já largamente o período que estava destinado a este ponto que é a Intervenção dos Municípios, já não podem intervir mais nenhuma vez e pediu desculpa ao Senhor Sebastião. -----

Para esclarecimento, porque há pouco não sabe se ficou bem esclarecido ou não, que o Senhor Vereador Sebastião está na parte dos Municípios porque como queria fazer uma intervenção e a legislação é o que é, não era lógico vir para a sessão como Vereador, depois sair do seu lugar e ir para o público como Município e depois voltar como Vereador. Teve ocasião de falar sobre esta questão claramente com Senhor Sebastião antes da sessão começar, faz parte da legislação, ainda há pouco o Senhor Sebastião falou naquela questão do legislador não permitir que durante as sessões da Assembleia os Vereadores tenham qualquer intervenção, a não ser que sejam ofendidos na honra, é a lei que é assim, portanto não pode fazer nada contra isso. -----

Damos então por encerrado este período da Intervenção dos Municípios e respetivos Esclarecimentos. -----

(O Senhor Sebastião falou da plateia sem microfone e insistiu bastante mas não é perceptível o que falou) -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que não é possível, pede desculpa, haverá uma próxima sessão, mas agora já não é possível, até porque já ultrapassaram largamente o tempo, pede desculpa mas não poderá fazer mais nenhuma intervenção.-----

Se o Senhor Sebastião entender isso pode fazer um pedido de esclarecimento por escrito ou pode voltar na próxima sessão de setembro e colocar essa questão.-----

Aliás o Regimento não permite.-----

(O Senhor Sebastião falou da plateia sem microfone e não é perceptível) -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** disse que não, já terminaram este período e não haverá mais intervenções, se o Senhor Sebastião achar que é ele que não quer, fique com a sua opinião que ele fica com a dele. Enquanto for ele a dirigir as sessões da Assembleia procura regular-se o mais possível pelo Regimento, o Regimento diz que os munícipes têm direito a intervir e não têm direito a uma segunda intervenção, já foi um pouco condescendente em relação ao tempo de intervenção deste ponto, que era cerca de 60 minutos e já o ultrapassaram largamente, há outros assuntos para tratar, se o Senhor Vereador Sebastião acha que é porque ele não quer paciência, fique lá com a sua opinião ele ficará com a sua. Tiveram ocasião de esclarecer no início como é que era, o Senhor Vereador Sebastião já esteve noutros tempos também como Presidente, teve um Presidente da Assembleia Municipal que também era bastante rígido nessas situações do Regimento e portanto é assim, temos que nos orientar pelo que o Regimento diz, se é justo se não é justo não foi ele que o fez.-----

Já agora aproveita também as palavras que o Senhor Presidente há pouco disse e na próxima legislatura quem estiver aqui neste lugar se entender que o Regimento da Assembleia Municipal não é justo pode propor uma alteração, uma atualização do Regimento que possa prever essas situações desde que estejam de acordo com a lei, até porque praticamente todas as questões, todos os pontos, todos os artigos do Regimento quase todos eles, são o que decorre da lei e depois são aplicados aqui, pode haver uma ou outra *nuance*, mas neste caso não.-----

B - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA :-----

B.1 - AUSÊNCIAS, SUSPENSÕES, RENÚNCIAS DE MANDATOS E RESPETIVO PREENCHIMENTO DE VAGAS:-----

AUSÊNCIA DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA:-----

O **Presidente da Assembleia** fez saber que se registaram **cinco pedidos** de ausência para esta sessão.-----

Prosseguindo, informou que na sequência dos pedidos de ausência formulados pelos deputados Municipais, o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro (PS), António Manuel Horta Fontinha (PS), Alexandre Guerreiro Figueiredo (PS), Vítor Manuel Libânio Afonso (PSD) e Ruben Miguel Fernandes Guerreiro (PSD), quem aceitou substituir os deputados municipais, durante esta sessão, foram o Secretário da União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, Rui Manuel Cabrita Guerreiro (PS), Maria Helena Martins Queiroz (PS), Mário José Soares da Silva (PS), Guilherme Alexandre Viegas Baroa (PSD) e Bernardo Pereira Delgado (PSD), respetivamente.-----

A Mesa justificou as respetivas faltas.-----

AUSÊNCIA DE VEREADOR:-----

Registou-se ainda **a presença** do Senhor António Sebastião, Vereador da Câmara

Municipal eleito pela lista do PSD, que participou na presente sessão exclusivamente na qualidade de munícipe, ao abrigo do Estatuto do Direito de Participação dos Cidadãos, tendo exercido o seu direito de intervenção no período reservado ao público, não atuando na qualidade de Vereador, por força do estabelecido nos n.ºs 4 e 5 do Regimento da Assembleia Municipal. -----

B.2 - VOTAÇÃO DA ATA N.º 27, DE 29 DE ABRIL DE 2025 - (QUADRIÊNIO 2021/2025): -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 27 da sessão ordinária realizada no dia 29 de abril de 2025 (quadriênio de 2021/2025). -----

Para os fins previstos na alínea a) do artigo 40.º do Regimento e do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, foram remetidas, em anexo à ordem do dia, fotocópia da ata da referida sessão, a qual foi previamente lida pelos membros e submetidas à apreciação e votação. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a Ata n.º 27 da sessão ordinária de 29 de abril de 2025 (quadriênio de 2021/2025), tendo a Assembleia Municipal **deliberado, por unanimidade dos presentes, com 17 votos a favor** (PS/PSD), aprovar a referida ata, a qual foi homologada em minuta, com exceção das intervenções dos senhores deputados, sendo assinada pelo Senhor Presidente e por quem a lavrou. -----

Nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro, os deputados o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Dário Martins Guerreiro (PS), Mário José Soares da Silva(PS), Pedro Manuel Bitá Messias e Melo Franco(PSD) e Guilherme Alexandre Viegas Baroa (PSD), não participaram na aprovação da ata. -----

B.3 - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

Sobre este Ponto, o **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia Municipal desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros, está disponível para consulta nos serviços de apoio, caso assim o desejem. -----

B.4 - INTERVENÇÕES: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto e de imediato abriu as inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os Senhores deputados Pedro Franco, António Amaro, Fernanda Guerreiro, Bernardo Delgado, Cristina Germano, Rui Cortes e Ana Guerreiro. -

(A Deputada Ana Guerreiro, colocou uma questão que não gravou porque não utilizou o microfone) -----

Em resposta, o **Presidente da Assembleia** disse que pode. Aclarou que a dúvida da senhora deputada é se quem está na Mesa pode intervir, pode. Sai, deixa o seu lugar na Mesa, vai ao palanque fazer uma intervenção se for mais de caráter político ou uma intervenção mais extensa e depois volta então à Mesa. -----

Quando são intervenções mais específicas e não introduções a certos pontos da ordem de trabalhos. -----

Continuando, referiu que de acordo com a ordem que tomou nota, pede então ao Senhor Deputado Pedro Franco o favor de fazer a sua intervenção e já agora também pede aos Senhores Deputados alguma contenção porque também para este período da ordem do dia têm 60 minutos. Certamente irão ser colocadas questões ao Senhor Presidente da Câmara que irá responder e pede que tenham em atenção esse pormenor.

De acordo com a ordem das inscrições, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao **deputado Pedro Franco**, que referiu o seguinte:-----

Após os cumprimentos iniciais fez uma saudação muito especial para o público presente nesta lindíssima freguesia de São Barnabé.-----

Disse que o primeiro assunto que trás, confessa que o apanhou de surpresa e teve de preparar aqui um discurso um bocadinho em cima do joelho, pedindo desculpa se no decorrer do mesmo lhe faltarem palavras ou não lhe sair muito escorreito.-----

NOTA DE PESAR:-----

Já assistiu a várias Assembleias Municipais como deputado e nunca esta Assembleia se negou e sempre se lembrou, quando existe um falecimento de alguém de relevância por entre a nossa população, de emitir uma nota de pesar ou um minuto de silêncio. Almodôvar em geral e São Barnabé em particular estão de luto, o falecimento do Senhor Artur Palma Martins é uma enorme perda para esta população. O Senhor Artur foi uma pessoa muito querida na população, uma personagem impar no desenvolvimento e ação política nesta freguesia, foi um grande Social-democrata, talvez por este último facto seja por isso que esta Assembleia omitiu ou se esqueceu de lhe dedicar uma nota de pesar, mas o PSD acredita que todas as pessoas relevantes para o desenvolvimento do concelho, independentemente da sua orientação política, devem ser respeitadas, recordadas no momento do seu falecimento, por isso o PPD/PSD quer aqui apresentar a sua nota de pesar pelo falecimento do Sr. Artur Palma Martins.-----

Depois deste momento mais triste, vai falar agora de outro assunto não tão triste mas também um pouco triste.-----

Gostaria então de mudar de assunto com o intuito de esclarecer e clarificar as dúvidas que recentemente se instalaram na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, o caríssimo professor Francisco Abreu, que na última Assembleia Municipal, o Exmo. Presidente da Mesa no seu estilo muito particular fez uma intervenção onde afirmou que não percebia porque é que o discurso da sessão solene do 25 de abril o PSD, na sua pessoa, se tinha referido ao assunto da inexistência de transmissões online das Assembleias Municipais. Comunicação, essa, que foi vista pelo Sr. Presidente como um ponto negativo a salientar em toda a sessão, que lhe causou estupefação e desconforto. Desconforto esse por ter sido descontextualizado, por ter sido feito no local errado e na hora errada, palavras do Senhor Presidente. Ora não há local melhor do que São Barnabé, a freguesia que está temporalmente mais afastada da sede do concelho, onde se realizam 90% das Assembleias Municipais, para explicar ao Senhor Presidente porque é que esta intervenção feita na sessão solene do 25 de abril não foi de todo descontextualizada no significado da data. Sendo o 25 de abril a data que marca a revolução, a data que marca o recomeço da democracia em Portugal e a data que marca a participação do povo nas decisões políticas, as Assembleias Municipais e as Assembleias de Freguesia ganham especial relevo. É nestes órgãos onde o contacto entre os cidadãos e os decisores políticos é feito com maior proximidade de forma formal, legal e regulamentada por um conjunto de normas que só favorecem a democracia, não é conversa de café, não é o candidato a dizer aquilo é uma coisa na outra esquina outra, não, é um assunto formal e a participação da população é essencial. A não transmissão online das Assembleias Municipais vai completamente contra este espírito de democracia participativa, que é tanto realçado pelas datas do 25 de abril. No caso particular do concelho de Almodôvar esta contradição é dupla e passa a explicar:

Em primeiro lugar é uma contradição pois caminha no sentido inverso da participação democrática de todos os cidadãos nas decisões do município, decisões essas que devem ser transparentes, claras e do conhecimento de toda a população. Não podemos ter vergonha do que se passa nesta Assembleia, por mais desconforto que lhe causem as opiniões contrárias às ideias do Senhor Presidente.-----

Em segundo lugar a contradição é enorme por outro motivo, esta transmissão online das sessões da Assembleia Municipal é fruto de uma recomendação que resulta da

opinião unânime de todos os deputados desta Assembleia, isto significa todas as pessoas que estão na Assembleia com direito de voto em representação dos cidadãos de Almodôvar, que foram eleitas pelos cidadãos de Almodôvar, disseram claramente ao Senhor Presidente, nós queremos as Assembleias transmitidas online e apenas uma única pessoa, o Senhor Presidente, que nem sequer tem direito de voto, de sua livre e espontânea vontade vai contra toda esta unanimidade e toma a decisão inversa. Uma decisão pessoal prevaleceu em oposição à decisão de uma unanimidade de membros representantes do concelho, por isso Senhor Presidente se ainda não percebe porque é que o assunto foi falado na sessão solene do 25 de abril é porque o seu partidarismo lhe tolda a racionalidade. A verdade Senhor. Presidente é que esta Assembleia tem sido alvo dos mais variados atropelos aos regulamentos internos que a regulamentam, não é obcecado por regras e acredita que estas possam ser contornadas em nome de uma causa maior, por exemplo de um maior esclarecimento de todos os deputados e todo o público presente. Mas para ter a responsabilidade de contornar estas regras em nome de uma causa maior é preciso que exista um grau de bom senso e de imparcialidade por parte de quem pratica esse desvio, mas caso o partidarismo fale mais alto do que a racionalidade e de que o bom senso, então é melhor cumprir as regras, pois assim podemos garantir que não se beneficia apenas sempre o mesmo lado da bancada. Infelizmente já foi demonstrado por vários exemplos que o Senhor Presidente não tem a capacidade de se distanciar do partido em nome da imparcialidade que jurou aquando a sua tomada de posse. O Senhor Presidente tenta censurar os discursos dos deputados da oposição, como foi visto no exemplo que eu acabei de dar. O Senhor Presidente por várias vezes dá a sua opinião sobre assuntos políticos, quando o seu papel é de ser moderador e está inclusivamente escrito no regimento desta Assembleia que se quiser dar a sua opinião tem obrigatoriamente de dar o seu lugar a outro deputado e abandonar a presidência da Mesa. O Senhor Presidente chegou a enviar uma comunicação para a Associação de Assembleias Municipais a perguntar se poderia de certa maneira controlar as declarações de voto dos deputados da oposição, onde a resposta foi obviamente negativa, mas nunca chegou a partilhar essa comunicação aqui na Assembleia. -----

O Senhor Presidente deixa o Senhor Presidente da Câmara falar quando quer, violando as regras do Regimento da Assembleia onde estão muito bem definidas as alturas de quando o Presidente da Câmara pode falar, no entanto, o contrário não se passa, quando o Senhor Vereador do PSD António Sebastião é atacado na sua honra com autênticas campanhas mentirosas de desinformação, não lhe dá qualquer oportunidade de falar. A defesa da honra do Vereador está estipulado no Regimento da Assembleia Municipal e o Senhor nunca lhe deu oportunidade de falar, lembra que a última defesa da honra que aqui foi feita, foi de um Senhor Deputado que foi defender a honra por eu não o ter chamado Senhor Deputado, mas na ata está escrito que eu lhe chamei Sr Deputado, mas para o Senhor António Sebastião vale tudo. -----

Em conclusão Senhor Presidente, compreende que todas estas decisões que o Senhor faz sejam feitas para evitar aquilo que lhe causa maior aversão, o desconforto, sabe e compreende porque já o vai conhecendo, que gostaria que estas Assembleias fossem um local de discussão amena, aprazível e tranquila, mas como conseguiremos essa tranquilidade quando os factos e as verdades apenas por si já causam desconforto. Quem é que está mal? Aqueles que dizem as verdades ou aqueles que ficam desconfortáveis em a ouvir? Acha que em nome dessa tranquilidade devíamos sacrificar a verdade, omitir os factos e calar as críticas? Acha que devíamos abdicar do nosso papel que temos de representantes da nossa população e reunirmo-nos aqui em simples e amena cavaqueira? Não Senhor Presidente, as verdades têm que ser ditas, as críticas têm de ser feitas e o controlo sob o município tem de ser exercido nesta Assembleia Municipal, como Deputados Municipais é nosso dever, é nossa obrigação, por muito desconforto que lhe cause a si, aos outros membros da Assembleia, por isso falaremos e

não nos iremos calar em defesa do povo almodovarense por mais que nos peça, por mais que nos critique, por mais que nos tente censurar não nos calaremos, falaremos e diremos o que temos para dizer e se as verdades que dissermos incomodam e causam desconforto temos pena mas elas têm de ser ditas, pois para nós o desconforto que levaremos a sério não é o desconforto de quem se ofende com os factos mas sim o desconforto que têm por exemplo as pessoas de São Barnabé, que se quiserem assistir a uma Assembleia Municipal têm de fazer uma viagem de 30 minutos de ida mais 30 minutos de volta por uma estrada tortuosa durante a noite, tudo isto quando poderiam assistir à Assembleia Municipal no conforto das suas casa através de uma transmissão online, o conforto da população são os únicos desconfortos que nos incomodam.-----

Proseguindo, foi dada a palavra ao **deputado António Amaro** que para além dos cumprimentos institucionais, cumprimentou o público em geral e aos funcionários aqui presentes que o ajudaram em toda a logística. -----

Disse que é com enorme gosto que finalmente recebe todos aqui em São Barnabé, esta é a primeira Assembleia descentralizada que se realiza nesta freguesia e será a última do mandato em funções e é justamente a primeira desta freguesia de São Barnabé porque só agora estão criadas as condições necessárias com recurso a um espaço adequado para poder realizar esta sessão. A construção deste espaço, deste Pavilhão Multiusos, foi por si muito desejado e debatido pois não existia espaço semelhante nesta freguesia e porque lhes permite responder à maior diversidade e necessidade a nível de eventos e festividades tais como casamentos, batizados, eventos desportivos ou qualquer bom momento de convívio como o desta noite. É assim que inicia o agradecimento público a este executivo camarário por todo o bom trabalho que realizaram em prol desta freguesia e ao longo de 12 anos liderados pelo Dr. António Bota, sobretudo nos 8 anos que a si dizem respeito. Contam com esta obra mas também outras de grande relevância pelas quais lutou bastante para que fossem concretizadas, tais como a pavimentação de São Barnabé/ Miradouro e o novo Posto Médico, 3 obras que lhes trouxeram outro ânimo e que trouxeram esperança aos nossos habitantes. Agradece por trazerem obra nova e progresso a esta freguesia que estava há muito parada no tempo, contudo não está esquecido e não é o seu feitio dar-se por satisfeito, espero continuar a exigir ainda mais, nomeadamente a ligação ao concelho de Loulé, a criação de uma barragem nesta zona, que é caracterizada de elevado risco de incêndio e é isso que continua a aguardar ainda do atual e futuro executivo camarário.-----

Aproveita ainda para felicitar também publicamente dois futuros alambiques aqui em São Barnabé, do Hélder Guerreiro e do Joaquim e filho Ricardo Guerreiro, ambos situados no Malhão, local onde a Câmara Municipal também está a iniciar a construção de uma ETA, que também muito agradece.-----

Se Almodôvar tem a honra de se proclamar como capital do medronho, tal deve-se sobretudo a esta freguesia, que tem um dos maiores números, ou mesmo o maior número, de alambiques legalizados no concelho, a contar já com estes dois novos. Por tudo isto há que reconhecer as potencialidades e a importância desta freguesia que tem orgulho em representar e extremo orgulho em receber a todos. -----

Obrigado a todos pela vossa presença. -----

Continuando, tomou a palavra a **deputada Fernanda Guerreiro** que dirigiu uma palavra especial de agradecimento a todas as pessoas da freguesia que estão aqui hoje, pois a sua presença é fundamental e é sinal do verdadeiro interesse pela vida da comunidade.-----

Continuando referiu que: *“O Grupo Municipal do Partido Socialista saúda, com apreço, a realização desta sessão descentralizada da Assembleia Municipal nesta freguesia serrana, a mais meridional do nosso concelho. É com sentido de responsabilidade democrática e profundo respeito por este território que aqui nos encontramos hoje. -----*

Este é, sem dúvida, um momento de particular significado. A descentralização das sessões da Assembleia Municipal é uma prática que nos honra e enriquece a democracia local, pois traduz, de forma concreta, a vontade de aproximar os órgãos autárquicos das populações que servem. -----

Demonstra que a política pública se faz com todos e para todos, em todas as freguesias, não apenas na sede do concelho. -----

A presença dos órgãos municipais nesta localidade é também um gesto de reconhecimento: do seu valor patrimonial, natural, cultural e humano. É muito diferente de ser transmissão feita online -----

Permite-nos escutar as populações com mais proximidade, conhecer os seus desafios, e sobretudo valorizar aquilo que aqui se tem feito, com empenho e sentido de comunidade. -----

Permitam-me, neste contexto, uma nota pessoal: esta freguesia tem para mim um significado especial, não apenas pelo que representa no todo concelhio, mas também pelo vínculo afetivo que mantenho com este território e com as suas gentes - resilientes, generosas e profundamente ligadas às suas raízes. -----

É essa ligação que se sente de forma particularmente viva em momentos emblemáticos como a Feira do Cogumelo e do Medronho, que promove com dignidade e autenticidade as potencialidades da nossa Serra do Caldeirão. -----

Este evento é um exemplo notável de como se pode articular o desenvolvimento sustentável, a promoção turística e a valorização dos recursos endógenos - as artes, os ofícios, os sabores e os saberes de gerações. -----

Para além disso, há sempre o reencontro emocionante dos filhos da terra, que a vida levou para outros concelhos e distritos, mas que aqui regressam, com orgulho, às suas origens. -----

Também a Festa do Talefe merece destaque, pelo ambiente de convívio e de pertença que gera. Com animação, gastronomia local, e atividades tradicionais, este é um momento que fortalece os laços da freguesia, atrai visitantes do concelho e convida todos a desfrutar das paisagens e do ar puro da nossa serra. -----

É uma freguesia rica em produtos endógenos de excelência, dos quais se destacam a cortiça, o medronho e o mel. Estes recursos naturais, além de refletirem a individualidade e a tradição da zona, são também o motor do desenvolvimento económico local. A sua valorização e promoção não só fortalecem a economia da freguesia, como também contribuem para a preservação do património cultural e ambiental. -----

Mas importa dizer que o potencial desta freguesia está longe de estar esgotado. Há caminhos promissores a explorar que vão desde a valorização dos moinhos de água até à preservação da tradição da aguardente de medronho, com todo o ciclo, da apanha à destilação artesanal em alambiques. Estas práticas, se forem bem promovidas, podem gerar novas oportunidades turísticas, económicas e culturais. -----

Naturalmente, reconhecemos que esta freguesia, como outras de menor densidade populacional e maior afastamento da sede do concelho, enfrenta desafios exigentes como a carência de serviços, a dificuldade em fixar e atrair população e problemas de acessibilidade. -----

E é precisamente por esse motivo que importa continuar a agir. Com políticas públicas de proximidade, com investimento estruturado e com uma visão estratégica para o desenvolvimento rural. Nos últimos anos, foi isso mesmo que se verificou, com resultados visíveis. -----

Entre os investimentos mais relevantes, destaco a conclusão do troço da estrada municipal 506, desde o Miradouro e Baloíço do Mú, até São Barnabé, uma obra de execução complexa, atendendo ao percurso sinuoso, revelando-se esta de grande significado. -----

Acabando de falar no baloiço, quero falar também desta obra que se tornou um ponto atrativo, moderno e simbólico, tendo sido um investimento que contribuiu para renovar a imagem da região, valorizando a paisagem e reforçando o sentimento de pertença. -----

Também a construção do pavilhão multiusos é um marco importante. Uma infraestrutura de grande utilidade, que permite acolher eventos culturais, desportivos e sociais, e que reforça a capacidade da freguesia para dinamizar a sua vida comunitária.---

Estes e outros investimentos mostram, de forma clara e inequívoca, que o desenvolvimento chegou a esta freguesia. E embora, por vezes, haja quem hesite em reconhecer, a verdade é que há obra feita, há progresso, e há uma visão que começa a concretizar-se.-----

Quero, por isso, deixar aqui uma palavra de reconhecimento ao executivo da Junta de Freguesia, pela persistência e dedicação, e também ao executivo camarário, que foi fundamental para que estes projetos se tornassem realidade. O desenvolvimento do território faz-se com cooperação institucional, sentido de missão e compromisso com o bem comum.-----

Minhas senhoras e meus senhores,-----

Hoje reafirmamos com convicção, o seu compromisso com este território e com todas as freguesias do concelho. Porque acreditamos que um concelho verdadeiramente coeso é aquele em que nenhuma comunidade é esquecida, e em que o interior não é apenas preservado, ele é valorizado.-----

O destino da nossa serra constrói-se com orgulho pelo passado, vivendo com coragem no presente e com ambição para o futuro. -----

E é com esse espírito aberto que aqui estamos, e continuaremos a estar.”-----

Seguidamente, foi a vez do deputado **Bernardo Delgado** que dirigiu um cumprimento especial àqueles que são aqui da freguesia de São Barnabé, referindo também que é com grande agrado que vê esta sala não cheia de gente mas quase.-----

Deixem-no dizer que os deputados se reúnem muitas vezes em Almodôvar e com uma sala praticamente vazia e, portanto, quando dizem, e é realmente esta uma das freguesias com mais desertificação e menos população, isto dá que pensar.-----

Relativamente há sua intervenção concretamente tem algumas perguntas para o Senhor Presidente da Câmara Municipal relacionadas com a limpeza das bermas, as faixas de gestão de combustível, nomeadamente ao nível da rede primária, secundária e terciária, mas pensa que o Senhor Presidente já abordou essa matéria, portanto parece-lhe escusado fazê-lo, repetir, até porque a noite já vai longa. -----

Mudando de assunto, gostaria ainda de questionar o Senhor Presidente acerca das obras que se aguardam no Complexo Desportivo Municipal. O que é que nos sabe dizer relativamente a esta matéria. Portanto, há a manutenção dos campos de ténis? Há a eventual conversão em campos de Pádel? Qual o ponto de situação? E também da recuperação do edifício.-----

Gostaria ainda de fazer a ressalva que é, o Senhor Presidente da Câmara Municipal há pouco aquando da abordagem daquelas questões do Parque Industrial questionou quantos e quais os empregos que a ampliação do Parque Industrial de Almodôvar trouxeram efetivamente para o concelho. É uma questão perfeitamente legítima, mas pode até tentar colocá-la de outra forma que é, como é que pretende este executivo fixar pessoas em Almodôvar sem as obras da escola secundária, já sabemos que o concurso ficou deserto, já podia ter sido feito antecipadamente, sem creche há tanto prometida, sem loteamento jovem há tanto prometidos. -----

Ainda fazer ressalva de que relativamente ao *modus operandi* das Assembleias Municipais, a transmissão online não é naturalmente incompatível com a realização de Assembleias descentralizadas. -----

Usando da palavra, a **deputada Cristina Germano**, referiu o seguinte:-----

Aproximando-se o final do mandato para que foi eleita em 2021, considera importante deixar uma palavra de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal liderada pelo Senhor Presidente António Bota ao longo destes anos. Nestes quase 12 anos de governação muito foi feito no nosso concelho, o

desenvolvimento é visível e são evidentes os progressos em várias áreas essenciais para a qualidade de vida das nossas populações. É certo que nem tudo depende da Câmara, o investimento privado é uma decisão individual e a autarquia não pode ser responsabilizada por essa componente, mas no que diz respeito ao investimento público a Câmara Municipal esteve presente, investiu, planeou e executou, destaque-se por exemplo, a construção de 2 novos Campos Relvados no concelho, são investimentos significativos que vieram beneficiar duas freguesias. Fala com especial conhecimento do caso da Aldeia do Fernandes, onde o Complexo Desportivo tem sido muito utilizado dinamizando a localidade e atraindo visitantes, contribuindo assim para uma aldeia mais ativa e viva. Também na área da educação foram realizadas intervenções importantes nas escolas do concelho, garantindo às nossas crianças espaços mais adequados, mais dignos e mais propícios ao seu desenvolvimento e bem-estar.-----

Na área da saúde foram remodelados vários postos de saúde melhorando condições de acesso e atendimento à população. -----

Este próprio pavilhão onde nos encontramos é um bom exemplo do investimento de grande envergadura que serve a comunidade e onde se realizam feiras temáticas muito importantes.-----

Foram também executadas obras em vários arruamentos tanto na Aldeia dos Fernandes como no Rosário assim como noutras freguesias. -----

Na sede de concelho está a melhoria da via de acesso às Piscinas Municipais, o Complexo Do Campo das Eiras e ainda a intervenção na ponte. Obras que têm contribuído para uma melhor mobilidade e valorização do espaço público. -----

São Barnabé hoje é uma aldeia bonita, com inúmeros investimentos que a transformaram positivamente. Também não pode deixar de sublinhar com orgulho a evolução da Aldeia dos Fernandes, terra que adotou como sua, uma aldeia limpa, bem cuidada, com uma feira anual que cresceu e se afirmou e com eventos como a Feira do Pão que se tornou num sucesso que importa manter e valorizar. -----

É evidente que muito mais se poderia ter feito, mas todos sabemos que os recursos são limitados e o dinheiro não cai das árvores. Apesar disso, com uma boa gestão e trabalho conjunto foi possível levar investimento a todas as freguesias. É verdade que muitos poderão dizer a Câmara apenas cumpriu a sua obrigação, mas importa lembrar que nem sempre foi assim, assisti durante anos ao abandono de freguesias por não serem da mesma cor política da autarquia, não beneficiaram do mesmo nível de atenção, essa realidade mudou, hoje o investimento é mais equitativo e tem chegado a todos. -----

Termina com uma palavra de reconhecimento pelo trabalho feito, um trabalho que embora possa sempre ser melhorado merece ser valorizado por todos.-----

De acordo com a ordem das inscrições, foi dada a palavra ao **deputado Rui Cortes**, que referiu que, antes de mais, a bancada do Partido Socialista endereça os sentimentos à família, aos amigos e a todos os que partilharam de perto a caminhada do Senhor Artur Palma Martins, relevando o seu contributo em prol da população da Freguesia de São Barnabé, enquanto membro do executivo desta autarquia ao longo de muitos anos.

A bancada do Partido Socialista dirige-se a todos e em particular à família para lhes dar os sentimentos -----

Continuando referiu: *“Tal como proclamou a Fernanda Caetano, em nome da Bancada do Partido Socialista quero saudar vivamente a população da freguesia de S. Barnabé. Dirigimo-nos com um cumprimento especial a todos os São Barnabenses, pois a democracia participada é fundamental para o progresso das populações e cumprimento dos seus anseios.* -----

Bem-haja a todos os que estão cá hoje porque esta participação é fundamental, para a próxima que viermos cá certamente vão também fazer propostas, é importante nos lugares certos nós dirigirmo-nos e chamarmos a atenção, há coisas que estão bem-feitas, há outras que às vezes não são dentro dos tempos que nós queremos etc. -----

Queremos mais uma vez salientar a descentralização das Assembleias Municipais que se tem vindo a realizar, pelo que nos congratulamos com esta salutar iniciativa, agradecendo o empenho que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Professor Francisco Abreu, para que estas sejam uma realidade abrangente. -----

Estamos em São Barnabé, mas já se fez estas Assembleias noutras freguesias, isto é importante-----

Reforço, igualmente, as felicitações ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Barnabé, António Amaro, toda a equipa do executivo e da Assembleia e funcionários desta autarquia pelo trabalho que têm desenvolvido em prol das melhorias que se têm verificado na Freguesia, e são notórias. Certamente todos têm presente e em destaque as acessibilidades à sede de freguesia, que já foram aqui hoje muito mencionadas, esta estrada durante muitos anos se dizia que não era viável, o alargamento que eram verbas muito elevadas, mas ela foi feita e este magnífico Pavilhão Multiusos onde nos encontramos, diria que será dos melhores se não o melhor do concelho, devemos estar todos contentes certamente -----

No entanto, hoje quero-me focar na importância do património. A marcação do percurso pedestre pela região de turismo, aqui em S. Barnabé, aqui bem perto a partir ali da igreja, é um elemento a replicar. Valorizar os produtos locais, o património natural, gastronómico, arqueológico e etnográfico, é uma estratégia importante e crucial para a dinamização da região...não nos podemos esquecer disto porque às vezes não se tem tão presente como isso, os moinhos de vento e de água, os palheiros de veio, águia de Bonelli (que chegou a estar em vias de extinção...), a produção local de aguardente de medronho (que é de qualidade superior e das mais apreciadas), de mel (lembrar que o concelho de Almodôvar é o maior produtor de mel do sul de Portugal, com um contributo substancial da serra de S. Barnabé), de cortiça (considerada a melhor do mundo, desta freguesia e das zonas de fonteira do concelho até S. Brás). A melhor do mundo é daqui da nossa terra, ainda há pouco estava a falar nas rolhas de cortiça -----

Mas a minha intervenção centra-se em algo que ainda é desconhecido para muitos, mas que assume ou poderá assumir uma importância diferenciadora e de prestígio para este território onde estamos e para o concelho de Almodôvar em geral.-----

O Município de Almodôvar investiu na remodelação, ampliação e modernização do Museu da Escrita do Sudoeste, mudou a exposição, o mobiliário, fez um filme, um novo catálogo, um novo folheto e muito mais, transformou o museu. A inauguração da intervenção deu-se no dia 14 de junho do ano passado. Este museu completamente transformado, embora ainda alguns (diria mesmo muitos) não tenham tomado a consciência plena, é o elemento mais diferenciador e marcante que temos para oferecer no concelho de Almodôvar, e a Câmara ainda bem que investiu lá. É o que pode vir, cada vez mais, a atrair visitantes às nossas terras. Estamos a falar da escrita mais antiga da Península Ibérica e das primeiras da Europa, é da nossa terra, muitos não sabem até deveriam saber, com mais de 2500 anos. É verdade! Esta escrita encontra-se no nosso concelho, nomeadamente em S. Barnabé, estamos no centro do fenómeno que é dos mais importantes na arqueologia da Península Ibérica e diríamos também com lugar de destaque na da Europa. É a galinha dos ovos de ouro não podemos perder, ainda não é mas pode ser -----

Esta é uma escrita que tem por base a grafia fenícia, que os povos que viviam principalmente no atual sul do Baixo Alentejo e Algarve, mas também na Andaluzia e Extremadura (em Espanha), adaptaram e gravaram privilegiadamente em blocos de pedra, as chamadas estelas, que correspondem essencialmente a lápides funerárias, um ou outro se calhar já as viu, quem foi ao museu já viu, mas se calhar já as viu no terreno. O Leonardo por exemplo encontrou uma, embora fosse ali na fronteira já no lado de Silves, encontrou uma em São Martinho, mas o Diamantino Gordinho, ali na cerca do Curralão, o irmão dele e o Pai, encontraram, ele foi-me mostrar o sítio há pouco tempo, encontraram e portanto estamos neste território que é esta coisa que nós às vezes nem

sabemos, mas que é muito importante na Península Ibérica e na Europa, vejam só e nós às vezes como estamos aqui tão perto as vezes nem nos lembramos disso.-----

Sim, estamos no coração deste património único e pertencemos a um dos municípios onde há mais vestígios desta temática. É nas nossas terras, é no nosso concelho, algo único e de relevância internacional. Não é só aqui local nem nacional -----

Recentemente, no dia dois de junho, aqui pertinho em Loulé, o Museu da Escrita do Sudoeste (MESA) e o Município de Almodôvar foram agraciados pela Associação Portuguesa de Museologia, nos Prémios APOM, é um prémio que fazem anualmente para os melhores museus, para as melhores coisas que se fazem nos museus a nível nacional, com 2 Prémios, nas categorias de Melhor Trabalho Museográfico e Catálogo, e uma Menção Honrosa na categoria de Projeto e Conteúdos Digitais, entre muitos museus e museus que custaram milhares de euros e têm muitas pessoas lá a trabalhar e têm muitos técnicos e tem muitas pessoas, nós um museu pequenino, um pequeno grande museu.-----

Parabéns ao Município, ao executivo, um reconhecimento especial Sr.ª Vice-presidente, obrigado pelo seu empenho e acompanhamento do projeto e a todos os de mais que contribuíram para este reconhecimento a nível nacional, foram muitas pessoas, muitos funcionários, muitos dos que nós temos, muitas pessoas da câmara e outros, uma empresa que também colaborou connosco. Isto é a prova provada que o trabalho dá resultados, neste caso o reconhecimento por uma entidade credível que relança o nome do MESA entre os demais museus de referência, museus que são conhecidos. Certamente estamos todos orgulhosos pela nossa terra ser distinguida entre os melhores dos melhores.

Mas isto não fica por aqui. Este museu quer-se cada vez mais um museu de território, ou seja, do museu, no futuro, quer-se levar as pessoas a conhecer o território onde se fez a escrita. Quer-se que as pessoas venham cada vez mais cá, comam e durmam por cá, comprem aguardente, mel, pão. Isto é que se chama vivenciar o património em rede, é preciso um projeto, é preciso realmente aplicar e as coisas estão a funcionar, já temos o museu com esta relevância, conhecer o território, funcionando a escrita do sudoeste como atrativo, inclusive dos que não nos visitariam se não fosse por algo especial e que nos distingue de todos os outros. -----

Viva a S. Barnabé! Viva o património! Viva o concelho de Almodôvar!" -----

Foi dada novamente a palavra ao **deputado Pedro Franco**, que referiu o seguinte: --
É só uma pergunta muito curta ao colega Rui Cortes.-----

Não é querer por em causa estes prémios, mas faz-lhe alguma confusão como é que um museu que ganha uma menção honrosa dos conteúdos digitais, não tem página de internet ou pelo menos não está disponível, quando procuramos somos redirecionados para o site da Câmara, portanto gostaria de um esclarecimento neste assunto. -----

Em resposta, o **deputado Rui Cortes** explicou que o prémio que ganhamos foi pelo vídeo que o museu tem e pela MESA digital, os conteúdos digitais, projeto e conteúdos digitais relativos a filmes e a parte da MESA interativa. -----

Agora, concorda plenamente, faz todo o sentido, ainda por cima agora com estes prémios todos, redimensionar o Museu à medida e faz todo o sentido ter uma página autónoma que há algum tempo é pensada mas tem de ser posto em prática. Concorda plenamente. -----

For último, interveio a **deputada Ana Guerreiro** que dirigindo-se ao Público presente agradece pela participação, pela sua presença nesta noite que é tão importante para a sua bancada e que acham extremamente muito importante a descentralização da Assembleia Municipal. -----

Para iniciar a sua intervenção gostaria de referir que a descentralização da Assembleia Municipal é muito importante para estarem mais próximos das populações e que os municípios tenham conhecimento da importância deste órgão autárquico, pois é aqui que se tomam as decisões importantes para o desenvolvimento do nosso concelho,

para a melhoria das condições de vida dos munícipes, bem como onde devem ser realizadas reflexões sobre as políticas que estão a ser executadas e como as mesmas podem desenvolver ou condicionar o desenvolvimento da nossa região, agradece por estarem cá. -----

É com muito gosto que está hoje aqui em São Barnabé a participar nesta Assembleia Municipal, obrigada ao público pela participação e pela presença.-----

Agora mais em termos políticos sabe que isto já foi abordado aqui, mas acha que os deputados também devem mencionar esta questão que foi aqui levantada do Tribunal de Contas. Em termos políticos gostaria de mencionar que após a festa de São João da nossa vila, tivemos uma notícia na comunicação social desagradável sobre o nosso concelho, facto que para a sua bancada não foi novidade, pois realizaram várias denúncias sobre este problema que só agora irá ser analisado mais pormenorizadamente, mas que abala a confiança da população e levanta dúvidas sobre a gestão do dinheiro público, pois a sua bancada sempre defendeu a transparência e o respeito pelo que é de todos, que não pode ser gerido como se fosse o orçamento da nossa casa.-----

Os vários órgãos de comunicação social referem que a Câmara de Almodôvar cometeu alegadas ilegalidades na adjudicação por ajuste direto de Trabalhos Complementares na empreitada de um Complexo Multiusos, considera o Tribunal de Contas que remeteu o processo para o Ministério Público, é uma ilegalidade. Numa auditoria à construção do Complexo Multiusos do Campo Das Eiras, cujo relatório datado de 3 deste mês foi enviado à agência LUSA, o Tribunal de Contas concluiu que a conduta do Município indica ilegalidade na adjudicação dos Trabalhos Complementares. A ilegalidade apurada é suscetível de configurar a prática de infração financeira praticada sob a forma continuada e geradora de responsabilidade financeira sancionatória imputando a eventual responsabilidade ao Chefe da Divisão de Obras, Serviços Urbanos e Gestão Territorial do Município. No relatório da auditoria, isto foi tirado da LUSA, o Tribunal recomenda à Câmara de Almodôvar o rigoroso cumprimento de todos os normativos legais, e isto já foi aqui referido, relativos à adjudicação de Trabalhos Complementares e à contratação pública. O Tribunal de Contas determinou ainda aplicar a chamada multa administrativa ao Município e remeter o processo para o Ministério Público, naturalmente estamos a aguardar com vista a serem responsabilizados os decisores destas práticas, não só de quem faz mas também a parte executiva naturalmente. Pensam que é triste termos a nossa Câmara nesta situação, mas irão ser apuradas as responsabilidades, pois as justificações do Senhor Presidente já nós conhecemos e a sua vitimização ainda conhecemos melhor, já há mais de 12 anos, mas o que acham é que foi uma incompetência do executivo.-----

Para além desta situação gostariam de perguntar ao Senhor Presidente como é que está a obra do Museu do Medronho e do Restaurante deste Parque Multiusos de Almodôvar. Quando será acabado? Possivelmente com a urgência que tem, o Senhor Presidente até termina tudo antes da FACAL deste ano para estar pronto. -----

Para além disso, a bancada do PSD sempre defendeu e defende e continua a defender e já disse isto numa apresentação dos 50 anos do 25 de abril que o Museu do Medronho não deveria ser feito em Almodôvar mas sim aqui em São Barnabé, mesmo com os votos contra dos deputados do PS e até o vosso Presidente da Junta que votou contra a realização do Museu aqui, pois é nesta freguesia que é produzido este produto do nosso concelho e seria uma mais-valia para esta freguesia que todos os anos tem sofrido uma desvalorização, como uma desertificação evidente e um abandono considerável por este executivo, que nestes 12 anos apresenta muito pouco investimento e é por isso que temos dinheiro e continuamos com a DGAL a dizer que os orçamentos são irrealistas, só menos de 80% é que é gasto. Reconhecem que fizeram este pavilhão, fizeram a extensão de saúde, há coisas feitas, naturalmente que reconhecem e que acham que é para o bem da população e gostaram que isso seja feito, mas há muita coisa a fazer e esta freguesia

tem sido uma freguesia que cada vez mais tem menos pessoas e que o envelhecimento é muito grande. A melhoria das acessibilidades como o alargamento e o repavimento da estrada municipal que liga o cruzamento da Corte Figueira dos Coelhoos ao MU, a pavimentação dos 3 quilómetros até ao limite do concelho na estrada do Monte Ruivo, assim como teria sido importante a requalificação da Fonte para que houvesse uma dinâmica diferente e um desenvolvimento desta freguesia. É uma pena pois tivemos parados em vez de evoluirmos. Queria apenas que imaginassem como seria bom terem aqui o Museu do Medronho, a estrada do Monte Ruivo concluída e a requalificação da Fonte. Com certeza que seria uma mais-valia para esta freguesia, esperamos que se concretize no futuro, o PSD fará tudo para que isso assim aconteça. -----

Pedi novamente a palavra o **deputado António Amaro**, presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé, que aclarou que antes de cá estar esteve cá o PSD 12 anos. O Sérgio Palma, Presidente de Junta e António Sebastião Presidente de Câmara. -----

Nem o Sérgio Palma fez este Pavilhão nem deixou um projeto na gaveta, e votou contra a verba da eólica porque ia para São Barnabé, o próprio Presidente de Junta. -----

Tiveram oportunidade de fazer uma praia fluvial e perderam essa oportunidade, foi só falar ao desbarato. -----

A estrada que liga ao Zambujal nem a terraplanagem o António Sebastião a concluiu, terminou 200 metros antes de chegar à sede de freguesia, portanto, Senhora Deputada, se calhar foi a primeira vez que veio a São Barnabé e não está a par das coisas. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que começará por responder ao Senhor deputado Pedro Franco, que ultimamente parece ter uma fixação pelo seu papel enquanto Presidente da Assembleia Municipal e pelas transmissões online. -----

Disse que, de acordo com a intervenção do Senhor Deputado, quem não o conhecesse ficaria a pensar que era o maior ditador, o maior déspota que alguma vez por aqui apareceu. Felizmente está aqui muita gente que o conhece. Considera-se uma pessoa ponderada, com bom senso, organizada e acima de tudo é uma pessoa que dá muito valor ao respeito e à cordialidade. Quanto às questões que aqui colocou diretamente, a questão do discurso do 25 de abril, o Senhor Deputado Pedro Franco teve a liberdade de usar a sua liberdade para dizer o que lhe ia na alma sobre a questão das transmissões online, que já tinha falado bastantes vezes nas sessões da Assembleia Municipal sobre a questão das transmissões online e já lhe respondeu bastantes vezes porque é que enquanto for Presidente desta Assembleia Municipal, depois de ter consultados os elementos da Mesa, não o fez. Volta a repetir, está nas atas e tem a ver com questões de posturas, de certas posturas que se passam nas sessões da Assembleia Municipal. Falou também o Senhor Deputado que foi feita uma recomendação, por unanimidade, é certo, mas recomendar é sugerir, recomendar não é mandar, é sugerir, foi sugerido e fizemos uma sessão online que não correu de acordo com as suas ideias, de acordo com aquilo que pensava e terminaram as sessões online. -----

Outra questão que aqui falou, e uma vez que a Senhora Deputada que está hoje aqui na Mesa, a senhora deputada Fernanda Caetano, foi ao palanque fazer a intervenção, portanto aquilo que disse é que qualquer elemento da Mesa pode fazer uma intervenção, desde que queira fazer uma intervenção mais específica, mais com teor político, sai da Mesa e pode ir ao palanque falar. Já falamos nesta questão e que já teve ocasião de esclarecer. Quando é a introdução a um ponto qualquer da ordem de trabalhos, às vezes dá, como é natural, a sua opinião sobre determinados aspetos que considera mais positivos, mas são opiniões muito breves, muito simples e não vai sair da Mesa para ir ao palanque por um 1 ou 2 minutos e depois voltar outra vez. São coisas completamente diferentes, uma coisa é introduzir um ponto e dar uma opinião sobre um projeto, olhe, recorda aqueles projetos com os painéis solares, onde disse que achava que era um bom projeto para Almodôvar, vai sair do seu lugar da Mesa e ir para o palanque falar isso e depois voltar para trás? As suas introduções têm durado sempre

muito pouco tempo. Já teve ocasião de dizer, e teve ocasião de consultar as atas e isto está numa ata que consultou, todas as atas da Assembleia Municipal no tempo em que o PSD esteve na Câmara, só por 1 ou 2 vezes é que o Presidente da Assembleia Municipal de então saiu da Mesa para ir ao palanque fazer intervenção, ele disse mesmo que ia fazer uma intervenção, foram umas intervenções mais demoradas. Todas as intervenções que consultei nas atas referidas por vezes têm introdução ao ponto, certas coisas que o Presidente de então falava e não vê qual era o mal de o fazer do seu lugar da Mesa. Portanto o essencial é isto. Quanto às questões das transmissões online, fazem agora uma grande questão da realização das transmissões online, muito bem, são importantes. Mas dantes também havias condições e nunca foram feitas e nunca ninguém foi questionado. E qual era o problema? Já disse, quem vier a seguir se for dessa opinião, ou então se houver condições, as pessoas mudam de opinião, até pode ser ele, nunca se sabe, depende de quem aqui vai estar e pode mudar de opinião, mas neste mandato acabou e nem sequer vale a pena. -----

Quanto a estas sessões descentralizadas, volta a repetir, pensa que elas são muito importantes, daí terem feito em todas as freguesias e esta então será a última neste mandato. -----

(alguém falou [com tom de voz elevada mas é impercetível](#)) -----

Foi dada outra vez a palavra ao **Deputado Pedro Franco** que pediu os seguintes esclarecimentos:-----

- O primeiro pedido de esclarecimento, o Senhor Presidente afirmou que aquilo que falei estava incorreto, explique bem o que é que disse que estava incorreto, porque crê que não disse nada incorreto na sua intervenção. -----

O segundo, pede ao Senhor Presidente que faça o seguinte exercício, como fez para as declarações de voto, escreva uma cartinha à Associação de Municípios a dizer que encontrou documentos, atas em que o Presidente da Assembleia de há 12 anos atrás deu a sua opinião e se isso lhe dá alguma jurisprudência para violar o Regimento da Assembleia Municipal. -----

Continuando, o **Presidente da Assembleia** disse que não se recorda de ter dito que não estava correto, a única coisa que falou foi do seu discurso do 25 de abril, que não concordou com o que o Senhor Deputado disse naquela altura, daí ter manifestado o seu desagrado. -----

O Senhor Deputado Pedro Franco teve a liberdade de dizer o que lhe apeteceu naquele discurso das cerimónias do 25 de Abril, ele tem a liberdade de dizer aqui que não gostou porque achou que não era o momento adequado para o fazer e entrarem em diálogo também não vale a pena.-----

Vai dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Dada a palavra ao **Presidente da Câmara**, começou por referir que de facto a hora já vai tardia. -----

Queria em primeiro lugar deixar aqui não a nota de pesar, mas sim um pesar direto, que já foi também mencionado por outros, pelo falecimento do Senhor Artur, mas também do Senhor Dionísio, que fez também parte desta Junta de Freguesia em tempos idos, não é naturalmente oficial, mas deixar aqui uma lembrança nesse sentido. -----

Quero dizer que discordo da ideia do Museu do Medronho ser em São Barnabé, não é nada que tenha contra São Barnabé, antes pelo contrário, mas a logística de funcionamento a Câmara não está preparada para esse fim, no futuro eventualmente poderá preparar-se e teremos eventualmente condições de o fazer em São Barnabé, mas a logística de operacionalidade, o funcionamento, etc. não foi pensado nesse sentido, portanto é um bocadinho bluff falar-se nesse aspeto agora, e não alinha muito nesse tipo de conversa, de maneira que não vou fazer o gosto, digamos assim, a quem está a

mencionar, porque de facto não foi pensado nesse sentido, foi pensado para existir junto ao Campo das Eiras. O edifício está pronto, a parte dos equipamentos do Restaurante não está pronta, mas o edificado em si está pronto. -----

Responde já aqui a uma questão adiantada, pensa que foi o Bernardo que colocou a questão de como é que está o Museu Do Medronho, se não foi pede desculpa, mas já lá chega. Temos o concurso para ser lançado, eventualmente na próxima semana, da parte da museografia e da parte do mobiliário. O edifício como já disse está pronto, todos conhecem o edifício, a FACAL o ano passado foi inaugurada na parte de baixo no edifício, está 100% pronto. Este ano a FACAL, que acontecerá de amanhã a oito dias, também a inauguração vai ser nessa sala e é só colocar mobiliário e colocar a parte da museografia que vai ser contratada em concurso que começa na próxima semana.-----

Sobre a questão que o Deputado Bernardo colocou, não vai naturalmente falar do Complexo Multiusos das Eiras porque já explicou tudo e é perda de tempo e a bem disso também não vai falar da questão das bermas e valetas nem das faixas que mencionou porque já mencionou. Vai só dizer que estão em funcionamento, dos 4 convites que lançaram 3 foram aceites, um tiveram que repetir porque não houve candidatos. Tinham 4 lotes, um lote não teve concorrentes, vão lançar novamente esse lote a ver se tem algum candidato, está tudo em curso. Não limpam nunca antes do início de junho porque, como pode verificar nas estradas nacionais, quando limpam em maio em junho está igual, a humidade, o sol, a chuva, e por isso não o fazem, gastam cerca de 80 mil euros em limpeza de pasto, bermas e valetas e a Câmara naturalmente não quer gastar 160 mil euros, portanto ajustam um bocadinho para o início de junho, eventualmente podiam ter começado uma semana antes, uma semana depois, mas começaram na altura que foi possível. -----

Relativamente ao Complexo Desportivo Municipal, estão a fazer uma obra de ampliação do espaço junto das Piscinas, para colocarem uns escorregas para as crianças mais tarde, serão colocados quando chegarem, 3 campos de Pádel, 2 de Ténis na parte de trás do Complexo. Vão para concurso público já na próxima reunião de Câmara e será aprovado se todos os Vereadores assim o acharem. O projeto está aprovado, é um projeto de 650 mil euros para fazer 3 Campos de Pádel e 2 campos de Ténis, ficam com espaço coberto, com Ar Condicionado, uma das melhores condições talvez do Baixo Alentejo, tirando eventualmente Beja que já tem lá um espaço, e está a falar do Baixo Alentejo, não está a falar do Algarve onde os Pádel estão mais em moda, esperando que seja uma excelente receita para o Município, mas, acima de tudo, um excelente espaço para que os nossos jovens e os nossos desportistas e todos os que queiram possam praticar, julga que será um espaço que ficará pronto em outubro ou novembro, mais uma vez está a provar que a questão não tem a ver com fazer tudo, como alguém disse, antes do mandato acabar, mas sim fazer quando é possível fazer, porque o importante é estar feito, esse é o seu lema. -----

Relativamente à Creche, foi aumentado o valor da Creche, vai ser lançada na segunda-feira em concurso público, aumentaram a Creche em cerca de 280 mil euros, se não está em erro, já foi aprovado em Câmara esse aumento, portanto estamos em condições de lançar o concurso. O procedimento já foi também aprovado em reunião de Câmara e julga que na segunda ou terça-feira será lançado, tivemos o feriado esta semana, foi lançada a Escola Secundária e a equipa está a trabalhar no projeto da Creche, julga que segunda ou terça-feira será relançado o projeto da Creche, a ver se desta vez algum empreiteiro agarra no projeto. O projeto está moderno, é um projeto com muita eficiência, faz-nos falta, pena que não esteja já feito, mas nem tudo corre como queremos e certamente não tem gozo nenhum, nem gosto em não ver aquela Creche feita, antes pelo contrário, mas que outro ou outra Presidente ou Presidenta a veja feita e que seja para usufruto das nossas crianças de Almodôvar e isso é que o deixa satisfeito, pelo menos dar o primeiro passo.-----

Um obrigado muito grande à Cristina Germano e também à Fernanda Caetano pelas palavras que lhe endereçaram, nem tudo correu bem neste mandato, sendo que é quase a última Assembleia Municipal, não se está a despedir, mas está a agradecer as palavras que foram dadas. Nem tudo correu bem, nem tudo corre bem nos mandatos, é sempre assim, há sempre coisas que ficam por fazer, tentamos fazer o nosso melhor e às vezes o melhor que pensamos não acontece, mas o importante é sairmos de cabeça erguida, com consciência tranquila que demos o nosso melhor e que nos entregamos de corpo e alma para que tenhamos sucesso e diz-nos que às vezes não dorme ou está bem preocupado com os problemas do nosso concelho, o que é normal, os outros antes de si também o fizeram e depois de si certamente também o farão, portanto, todos queremos que as coisas aconteçam e às vezes não acontecem, lamentam imenso.-----

Deixar ainda um abraço solidário ao Presidente da Junta local, António Amaro, que também elogiou a Câmara, pelo trabalho feito e deixar votos de muito sucesso para o próximo mandato para São Barnabé. Que ganhe quem o povo assim desejar, por si espera que seja o António Amaro, mas isso é ele a desejar enquanto Presidente de Câmara, porque trabalhei com ele e sabe que é profissional, os outros candidatos têm todos os mesmos direitos, as mesmas condições, o povo é que decide não está naturalmente a torcer aqui nesta posição por ninguém simplesmente deixar a sua opinião pública.-----

Também um abraço ao candidato do Partido Socialista, José Germano, pela candidatura a Gomes Aires e fala no Germano por uma razão, porque Gomes Aires foi uma luta dos últimos dois Partidos do Governo, tanto do PS como do PSD, para voltar a ser freguesia e, de facto, sente-se muito orgulhoso que tenhamos todos conseguido, todos PS e PSD não interessa, voltar a dar voz ao povo de Gomes Aires, assim como ao povo da Graça, a sua identidade é algo que o satisfaz e que o José Germano também possa fazer o seu trabalho, se ganhar a Junta, porque fez um excelente trabalho na Junta da Aldeia dos Fernandes. -----

Relativamente à Ana agradecer de facto a sua participação e dizer-lhe que os orçamentos não são irrealistas, nem a DGAL nos diz que são irrealistas, os orçamentos correspondem, ou espelham, o trabalho deste executivo. É um trabalho onde os orçamentos maiores de sempre da Câmara Municipal têm acontecido, nos últimos 3 anos nunca tínhamos tido orçamentos tão altos, o que não significa que tenhamos que executar os orçamentos a 100%. Isso é uma falácia, nós executamos o que é possível executar, o que é importante é termos candidaturas prontas para serem executadas e essas ficam lá, em outubro quando este executivo sair elas estão lá prontas, enfim, dos projetos sociais às obras as candidaturas estão, portanto quem vier a seguir que as aproveite e o dinheiro também está em GOP, pode não estar em orçamento mas está em GOP com certeza. E de maneira que, quando fazem candidaturas e elas são aprovadas não podem simplesmente esconder o dinheiro, como já tem dito muitas vezes, o dinheiro tem de aparecer nas GOP e orgulha-se muito de ter um orçamento acima dos 30 milhões este ano, algo que nunca tinha acontecido. Nunca disse que ia executar o orçamento todo e certamente não haverá quem consiga executar um orçamento a 100% numa Câmara, nem numa Junta, fazem o que é possível, é melhor executar pouco do muito que lá está do que executar ou querer executar sem estar lá nada, portanto, a diferença está aí e a sua razão é essa. -----

Gostaria também de dizer que apesar de não ter sido uma ideia sua, gostou da ideia do MESA na internet, ter uma página própria, acho que foi uma excelente sugestão. Ao contrário, elogia também as boas sugestões e dizer também que a festa de São João foi um espetáculo, não viu até agora ninguém do PSD dizer que foi das maiores festas que nós tivemos até hoje, não é por razões suas, simplesmente foi um espetáculo. Obrigado aos colaboradores, foi muito bem organizada e tudo a seu tempo, gente por todo o lado, nunca tinha visto uma festa tão grande e ficou feliz por ver. -----

Dizer também que os prémios que o MESA ganhou são merecidos pelo trabalho, pelo empenho, não só do executivo mas também dos colaboradores que lá estão que fizeram do Museu aquilo que o Museu é hoje, o Museu é um orgulho para Almodôvar, já vem de há muitos anos para cá, não é uma obra total do seu executivo, simplesmente fez alterações ao Museu que já existia. O museu foi uma excelente ideia, um excelente projeto e continuamos a ter esse museu. -----

Dizer também que temos neste momento disponível uma iluminação no Campo Desportivo de Almodôvar ao nível dos Campos do Benfica, do Sporting ou do Porto, com a mesma capacidade de iluminação que os campos da primeira divisão têm, apostaram bastante forte, falta ainda a Aldeia dos Fernandes e Santa Clara, falta sempre qualquer coisa. -----

Acaba esta intervenção dizendo que fica feliz que ainda haja coisas para fazer para justificar os ordenados dos que vêm a seguir a si. -----

C - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

C.1 - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O PLANO DE AÇÃO LOCAL DE TERRITÓRIOS INTELIGENTES DO CONCELHO DE ALMODÔVAR: -----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que os habitantes de São Barnabé são persistentes e resistentes e vão aguentar esta sessão quase ao seu limite, costuma-se dizer, "uma vez, uma vez boa".-----

Prosseguindo, deu início ao ponto e recordou que foi aprovado por unanimidade na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 4 de junho de 2025. -----

É referido na página 5 do documento que foi enviado aos Senhores Deputados Municipais que, e passa a citar, "*O Município de Almodôvar ambiciona implementar uma governança estruturada, suportada por uma infraestrutura digital bem desenvolvida, com processos e políticas integrados para melhorar serviços e operações, resultando numa administração pública mais eficiente, acessível e voltada para os cidadãos.*" -----

Perguntou ao Presidente da Câmara se pretende desde já pronunciar-se sobre este assunto, quais os seus objetivos, estratégias e viabilidade de implementação, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que aqueles que estão mais diretamente ligados às atividades municipais, quer das juntas, quer deputados, quer vereadores, já repararam que a gestão das Câmaras Municipais, a gestão do Governo, a gestão das Juntas está a mudar completamente. Estamos a digitalizar tudo, estamos a entrar em campos que há 5 anos atrás nem se falava, que há 10 anos era impensável e que há 15 então era ridículo. Hoje em dia a DGAL exige que tenhamos relatórios quase diários, a CCDR exige que tenhamos relatórios mensais, o Tribunal de Contas exige, não quer ver documentos, quer ver relatórios, quer ver índices, quer ver percentagens e nós temos que avançar rapidamente para a digitalização. Depois a economia circular é o diariamente, é o que nós temos aquilo que é a gestão por percentagens, por índices, enfim toda a gestão feita em termos de estatística é necessária diariamente, as instituições têm de prestar contas praticamente diariamente, sem prestar contas, alguém no Governo ou alguém na DGAL ou alguém no Tribunal de Contas, alguém no Tribunal Constitucional quer ir a uma tecla, quer carregar e quer ver dados e nós temos que acompanhar esta evolução e esta evolução significa digitalizar a 100% o concelho. Este projeto que está aqui é isso, é um projeto que faz parte de uma parte da digitalização do concelho, no fundo é um plano de ação local para preparar o território de Almodôvar como um território inteligente, como outros têm de fazer, onde existe uma parceria com o Município do Montijo, com o Município de Almada, com o Município de Mértola, com Município de Ferreira e Aljustrel e nós. Portanto juntamos os dois Municípios gigantes e juntamos mais 3 da dimensão do nosso e estamos a fazer um trabalho conjunto, para aprender com eles, ver aquilo que eles fazem bem e o que nós

ainda não fazemos para a gestão de resíduos, colocar sensores nos caixotes de lixo para perceber quando é que o camião tem que ir, ou se vale a pena ir àquela rota ou não, para colocar sensores nas lâmpadas dos candeeiros led para perceber quando é que o candeeiro está a gastar muito ou pouco, ou quando deve acender ou quando é que deve apagar, para colocar sensores nos camiões para ver quando é que estão a gastar mais ou a gastar menos, colocar sensores nos transportes de crianças para perceber quanto é que a rota que estamos a fazer custa, se custa mais por um lado ou custa menos por outro, ou o carro vai muito rápido ou vai muito devagar e isto tudo é informado digitalmente. -----

Contratamos 1 milhão e 200 mil euros para os 6 Municípios, que corresponde a 200 mil euros a cada município, por acaso Almodôvar é 199 mil euros, para nos próximos 5 anos e instalarmos este tipo de equipamento na Câmara de Almodôvar, para o território de Almodôvar. Desde a qualidade do ar, monitorização da qualidade do ar dentro das aldeias e dentro da sede de concelho, até ao consumo das viaturas na ida, na volta, para perceber se um camião deva ir primeiro a São Barnabé ou primeiro a Santa Clara e depois a São Barnabé e em tempo útil termos informação e a DGAL ter informação para que nos orçamentos possa articular e possa ajustar, até a situações de estacionamento que nós não optamos mas que outros Municípios optaram, sensores de resíduos, consumos energéticos de eletricidade, consumos das viaturas, gestão de equipamentos municipais, onde é que estão os equipamentos, como é que estão a funcionar, avaria nos equipamentos, gestão de conflitos entre Municípios e Câmara Municipal, processos mal conduzidos, processos que estão em espera e a informação à A.M.A. para que esses processos sejam automaticamente devolvidos, portanto, há aqui um conjunto de situações que deixam de requerer o olho humano e passam a ser praticamente indicados por computador e é isto que estamos a fazer, é este projeto onde estamos envolvidos. Já foi aprovado em Câmara e requer a aprovação da Assembleia. -----

São 12 ações que vamos implementar nestes próximos 5 anos, que tem a ver com estes 15 verticais, com estes 15 tipos de software que vão analisar 15 diferentes tipos de situações dentro da gestão municipal e que vão dar-nos informação dentro da Câmara mas também às entidades que nos fiscalizam diretas sem nós nos chatearmos nada, ou seja, o que eles querem é ter acesso direto e total, querem e têm direito. Esta é a situação, para não empatar muito tempo, os deputados têm este documento, se forem à página 19 está a lista dos objetivos estratégicos para o concelho de Almodôvar e se forem à página 13 estão os desafios que nós temos e se forem da página 21 até à página 34 têm as ações e os tipos de sensores que vamos adquirir para instalar. Isto não são processos que batemos palmas e estão feitos durante os próximos 5 anos, portanto até 2030 temos a obrigatoriedade de instalar todos estes sensores, a partir de 2030 a gestão municipal nestes 15 itens é feita digitalmente a 100%, esta é a lei, temos que a cumprir e este é o projeto que apresentamos à Assembleia Municipal, ou melhor, a estratégia do que vamos fazer e é financiado a 100%, pelo PRR. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição da deputada Ana Guerreiro. -----

Tomou a palavra, a **deputada Ana Guerreiro** que questionou o seguinte: -----
O projeto é financiado a 100% não é? Para os 5 anos são 200 mil euros, ou 200 mil euros por cada ano? Inclui o custo dos sensores?-----

Quis também perguntar o porquê do apagão em Almodôvar nestes últimos dias.-----

Em resposta o **Presidente da Câmara** disse que é financiado a 100% PRR uma só vez que é a instalação dos sensores, durante os 5 anos vamos recebendo à medida que vamos instalando. -----

Há aqui componentes que não estão no projeto, por exemplo os sensores para os caixotes do lixo não estão o que está no projeto, é o software de gestão e depois nós instalamos onde houver problemas nessa recolha de lixo. Imaginamos que um camião

tem de vir a São Barnabé recolher lixo, hoje está cheio e o camião vem, se daqui a 8 dias não tiver lixo suficiente o camião só vem daqui a 10 dias, portanto é esta gestão que começa a ser feita, o software é financiado, os sensores não são, mas os sensores led são financiados, está tudo explicado no relatório. -----

Sobre o apagão não tem informação oficial, a informação que tem é de um telefonema que fez, por acaso até estava de férias e tentei perceber, é que existiu um problema num dos PT's que faz a derivação de eletricidade, não sabe se foi na A. Do Neves se foi do de Ourique. Foi uma informação que não lhe deram quando falou com a pessoa certa, o Engenheiro Martins, pode dizer que é o Diretor Regional da E-REDES, o que lhe informou foi isto, não tem nenhuma carta que diga passou-se isto, isto e isto. É uma informação semi privilegiada que partilha, mas sem saber de facto qual é o problema que originou a avaria no PT. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a matéria, supra identificada, tendo a Assembleia Municipal, **por unanimidade, com 21 votos a favor (PS/PSD), deliberado, aprovar**, o Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes do Concelho de Almodôvar, cujo documento integrante se encontra em anexo à Informação n.º 14145, exarada em 16 de maio de 2025, e faz parte integrante do livro anexo às atas e dá-se aqui como totalmente reproduzido.-----

C.2 - CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ANUAL DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS DO MUNICÍPIO DE ALMODÔVAR – 2024: -----

O **Presidente da Assembleia** iniciou o ponto e perguntou ao Presidente da Câmara se pretende pronunciar-se sobre alguma questão que julgue mais pertinente em relação a estes Relatório, antes de dar a palavra aos Senhores Deputados Municipais.-----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que isto é importante porque de vez em quando, à mínima coisa, fala-se em corrupção e infrações do município, estamos desde o ano passado com um programa intenso e articulado com as entidades para perceber quando é que existe algum desvio daquilo que são as normas que temos que aplicar, seja em concursos seja em decisões e de facto o gestor desse projeto é o Vereador João Pereira, enquanto elemento do executivo. É obrigatório ter um elemento do executivo e durante o ano de 2024 não foi detetado qualquer tipo de desvio ou irregularidade, aquilo que são os procedimentos, as normas, a resposta à DGAL, a resposta ao Tribunal Constitucional, tudo isso foi cumprido na íntegra, a 100%, conforme podem ver no relatório. Na avaliação não tivemos qualquer tipo de indicador de algo mal feito ou menos bem feito ou de incumprimento daquilo que são as normas que temos que respeitar, tanto na prestação das nossas contas como na prestação de resposta às entidades para evitar motivos, para evitar índices, para evitar qualquer situação que indique corrupção ou infração à legislação atual. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** do Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do Município de Almodôvar – 2024;-----

C.3 - CONHECIMENTO DA ESTRATÉGIA DE ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO DA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL DE GOMES AIRES: -----

O **Presidente da Assembleia** disse que mais uma vez o assunto vinha à baila. -----
Continuando, pediu ao Presidente da Câmara, uma vez que o assunto já foi falado, que fosse breve nalgum esclarecimento que queira fornecer antes de dar a palavra aos Deputados Municipais. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que isto já foi apresentado em Câmara, já fizeram uma reunião pública, há uma candidatura para esta Área de Acolhimento Empresarial. Como dizia há bocadinho o nosso Município António Sebastião, de facto só temos 1 milhão e 600 mil euros na rubrica, mas a candidatura é a 85%, portanto temos a candidatura pré aprovada, ou seja, isto vem através da ITI da CIMBAL e nessa ITI existem diferentes projetos de Áreas de Acolhimento Empresarial, a maior parte dos municípios não vai fazer porque grande parte já tem e aquela verba mesmo de outros itens virá para a Câmara de Almodôvar à medida que os autos de obra forem sendo apresentados. Para fazer isto a CCDR exigiu-nos uma estratégia, um plano de ação, o que é que tivemos de fazer? Tivemos que preparar um estudo de viabilidade económica, 1.º ponto tivemos que contratar uma empresa especializada em difundir, em angariar clientes para a Área de Acolhimento Empresarial, temos neste momento cerca de 40 cartas de intenção de empresas de fora a dizer que têm intenção em vir para a Área de Acolhimento Empresarial, não quer dizer que essas empresas de facto venham, mas mandaram cartas de intenção que vão vir a partir do momento que a área esteja pronta. Tivemos que cumprir uma série de regulamentos em termos de economia verde e de economia circular, aquilo que é a nova moda agora e que toda a gente fala que é uma metodologia de contratação em que a área tem que ser sustentável, temos que guardar a água da chuva para regar os jardins, as lâmpadas têm de funcionar a energia solar, os edifícios para se construírem têm de ter parâmetros de eficiência energética, a obra tem que ter todas as valas abertas antes de ser vendido e os lotes têm de estar prontos para vender, porque nós temos a responsabilidade de dar um segundo uso àquelas terra, não podemos simplesmente jogá-la, fora temos que a reutilizar onde elas façam falta, todo este conjunto de situações e depois há uma estratégia comercial afeta a isto que é que tipo de empresa é que queremos lá ter e as empresas que definirmos para ter lá são empresas compatíveis com a legislação ambiental, portanto, são empresas que não fazem poluição e se houver empresas que façam poluição tem que ter filtragem dos fumos ou da sua poluição, de modo que o ar, medido, que sai para a atmosfera cumpra rigorosamente os 96% de taxa de emissões carbono, ou seja, tem que estar baixo, tem que ter uma margem dos 4% por enquanto, a partir de 2050 é total, descarbonização zero. Até lá, de 2030 a 2050, terão que cumprir aquela taxa mínima do que é exigida por aquilo que são as normas europeia do Acordo de Paris em relação à descarbonização e à economia verde. Portanto vamos ter empresas de indústria alimentar, distribuição ou transformação desde que não sejam poluidoras, vamos ter empresas de distribuição logística, vamos ter empresas de fabricos pequenos e vamos ter empresas de transporte, numa proporção nunca superior a 25% da área total da Área De Acolhimento Empresarial. A ideia é que sejam empresas de fora, portanto a regra ou a estratégia é que podem comprar até ao máximo de 4 lotes para juntar e que só possam construir até 70% desses lotes e a nossa intenção é trazer empresas de fora para criar empregabilidade, para trazer mais munícipes, mais funcionários, mais famílias, para valorizar também uma freguesia que é a de Gomes Aires que tem estado um bocadinho esquecida no tempo e que de facto este projeto pode impulsionar a reconstrução em Gomes Aires, a reconstrução das casas mais antigas, o aproveitamento dos milhões que têm sido gastos debaixo daquela estrada em canalização, em eletricidade, em esgotos, como têm sido gastos noutras localidade e é uma pena ver às vezes os espaços morrerem. Portanto, esta é a nossa estratégia para a área, temos vídeos a circular na internet, temos comunicação e naturalmente temos tido reuniões com empresários. -----

E agora é fazer a candidatura que já está formalizada, o projeto vai a reunião de Câmara na próxima quarta-feira e naturalmente para vos dar conhecimento está aqui, todos os deputados têm esta estratégia e na página do município para quem quiser ver está também uma pasta igual a esta disponível. -----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição do deputado Pedro Franco. -----

Tomou a palavra, o **deputado Pedro Franco** que referiu o seguinte: -----

O Senhor Presidente da Mesa pode afirmar com toda a convicção que é organizado, que é respeitador, que é democrático, mas ele pessoalmente gosta de julgar as pessoas não pela convicção com que dizem as coisas mas pelos atos e o certo é que o Senhor Presidente da Câmara falou do estudo económico sobre a Área Industrial e esse estudo económico foi pedido em Assembleia Municipal, em Assembleia, à Mesa da Assembleia, a bancada do PSD pediu esse estudo económico há 3 sessões atrás e ainda não têm esse estudo. -----

O **Presidente da Assembleia**, questionou se fez o pedido foi feito por escrito? -----

Continuando disse que talvez não seja tão organizado como pensava que era. -----

Tinha a ideia que sim, mas vamos avançar e fica a nota que o Senhor Presidente da Câmara depois enviará. -----

O **Presidente da Câmara** disse que se compromete pessoalmente a reenviar ao Senhor Deputado o Estudo, não tem problema, foi uma falha de comunicação entre a Câmara e a Mesa. -----

(houve diálogos e um compasso de espera à procura) -----

O **Presidente da Assembleia** referiu que passariam para o ponto C.4 e ficava aqui a indicação que depois irá ser enviado já amanhã ou pelo Presidente da Câmara, ou se calhar até pode ser enviado pela Senhora Carla, porque tem os mails todos e sempre os remete aos Deputados Municipais. -----

EM TEMPO: -----

Antes de passarem ao ponto C.5 o Presidente da Assembleia fez o seguinte esclarecimento: -----

Um esclarecimento, a propósito da intervenção do Senhor Deputado Pedro Franco, que veio aqui dizer em público que o Presidente da Assembleia se veio gabar da sua organização e que depois foi pedido um documento e este não foi enviado. -----

Então recorda que na ata da sessão da Assembleia Municipal do dia 29 de abril de 2025, o ponto C.8 era o seguinte: “*Conhecimento ao Executivo sobre o Relatório Final do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires*”. Portanto este era o ponto C.8 da reunião da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de abril de 2025 -----

Da ata que corrigiu diz assim “*O Presidente da Assembleia antes de pedir ao Presidente da Câmara que esclareça sobre os aspetos mais importantes e relevantes deste Relatório, recordou que foi um pedido foi feito pela bancada do PSD, julga que talvez na última sessão da Assembleia sobre se havia algum estudo de viabilidade económica relativamente a este projeto.* -----

Usando a palavra, o **Presidente da Câmara** começou por referir que o estudo de viabilidade económica vulgarmente chamado EVEF permite-nos perceber até que ponto é que um projeto é viável, ao fim de quantos anos. Qual é a viabilidade do mesmo, qual é o investimento em causa. (...)” portanto, este estudo foi enviado juntamente com a convocatória da sessão anterior. ----

(alguém falou mas é impercetível) -----

Continuando, disse que foi esta ata que aprovaram hoje. Provavelmente deve ter acontecido porque o Senhor Deputado Pedro Franco faltou à sessão, faltou a esta sessão, não esteve presente, mas o documento foi enviado, está aqui na ata, que era um dos pontos da ordem de trabalhos, ponto C.8, foi enviado o relatório, está aqui. -----

Só um esclarecimento, acontece a todos, até acontece aos melhores falharem, porque é que não havia de acontecer.-----

A Assembleia Municipal **tomou conhecimento** da Estratégia de Atração de Investimento da Área de Acolhimento Empresarial de Gomes Aires. -----

C.4 – CONHECIMENTO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DA FORMAÇÃO DE 2024: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que sendo a formação profissional, reconhecidamente, como um instrumento crucial no cumprimento dos objetivos de qualificação e atualização dos trabalhadores, bem como na aquisição de novas competências que contribuem, inequivocamente, para a melhoria do desempenho profissional e pessoal dos trabalhadores, importa que as Câmaras Municipais elaborem Planos de Formação ajustados, que vão ao encontro às necessidades formativas manifestadas pelos seus trabalhadores, preocupações estas que têm sido apanágio da Câmara Municipal de Almodôvar e de que o presente Relatório de Gestão da Formação de 2024 pretende fazer um balanço. -----

Pergunta ao Presidente da Câmara se pretende pronunciar-se sobre esta questão antes de dar a palavra aos Deputados Municipais. -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que está disponível para qualquer questão. Refere que cumpriram a 100% o objetivo, aliás ultrapassaram os 100% porque fizeram ações que não estavam previstas no plano inicial, mas isso faz parte do dia-a-dia, à medida que iam pedindo, sempre que demonstravam interesse autorizou, portanto não tem nada a acrescentar.-----

O **Presidente da Assembleia**, no âmbito deste ponto, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se registado a inscrição da deputada Fernanda Guerreiro. -----

Tomou a palavra, da **deputada Fernanda Guerreiro** que referiu o seguinte: -----

“O grupo Municipal do Partido Socialista gostaria de tomar a palavra para intervir relativamente ao relatório de gestão da formação da Câmara Municipal. -----

Começo por destacar que o objetivo fundamental do plano de formação é claro e essencial: garantir a qualificação contínua dos trabalhadores da autarquia, promovendo a sua valorização profissional, pessoal e social. -----

Neste contexto, é importante reconhecer o trabalho realizado ao longo deste ciclo. ----

O plano apresentado teve como ponto de partida um levantamento aprofundado das necessidades de formação, o que demonstra um esforço para alinhar as ações formativas com as reais exigências dos serviços e também com as aspirações dos trabalhadores. Este alinhamento é uma mais-valia para a eficácia da gestão pública, ao mesmo tempo que assegura uma resposta eficaz aos desafios que se colocam no terreno. -----

Sabemos que a formação é um dos pilares da qualificação e da motivação dos recursos humanos, contribuindo para a dignificação e profissionalização dos colaboradores. Por isso, a formação não é apenas um investimento no indivíduo, mas na qualidade do serviço público prestado aos cidadãos. -----

O relatório de gestão do plano de formação revela uma diversidade de ações, ajustadas às necessidades identificadas, incluindo formações externas, internas, técnicas e transversais. Além disso, destaca-se a realização de ações de curta duração, como seminários e workshops, que visaram, sobretudo, a atualização de conhecimentos e o desenvolvimento de competências algumas mais específicas. -----

Esta diversidade de formatos formativos é de saudar, pois garante uma cobertura ampla e uma maior flexibilidade na resposta às diferentes necessidades de formação dos trabalhadores. -----

Importa também destacar que, além das ações previstas no plano, a autarquia demonstrou capacidade de adaptação à realidade e às necessidades emergentes, respondendo de forma eficaz a situações imprevistas. Assim, algumas formações foram realizadas fora do planeamento inicial com o objetivo de dar resposta a desafios que surgiram ao longo do ano. Esta flexibilidade e capacidade de agir rapidamente são aspetos positivos, que demonstram um compromisso real com a qualificação contínua e com a melhoria constante dos serviços que são prestados. -----

No entanto, é importante também destacar alguns pontos que merecem reflexão. Em comparação com anos anteriores, este ano observamos um aumento significativo no número de ações de formação realizadas. -----

Um dado particularmente relevante é o aumento da participação dos assistentes operacionais, que, de forma destacada, foram os principais beneficiários dos programas formativos. Este é um reflexo da atenção crescente à qualificação de todos os níveis hierárquicos da autarquia, onde se reconhece que cada trabalhador, independentemente da sua função, tem um papel fundamental no sucesso da ação. A formação contínua, desde os cargos de base até aos mais elevados, contribui para uma gestão mais eficaz e para o desenvolvimento de uma equipa coesa e preparada-----.

Adicionalmente, notamos que a autarquia tem recorrido de forma substancial aos seus próprios recursos internos na realização das formações. Esta prática é uma mais-valia, já que permite otimizar os recursos disponíveis e criar um ambiente de aprendizagem contínuo, ajustado às necessidades da realidade local. -----

Contudo, é essencial garantir que a utilização desses recursos internos seja sempre complementada com outras fontes de formação, sempre que necessário, para que se possa garantir a melhor qualidade e diversidade de programas de formação. -----

Por outro lado, e num espírito construtivo, não podemos deixar de reconhecer que ainda existem áreas onde o esforço de formação precisa ser reforçado, nomeadamente naquelas que podem contribuir diretamente para o aumento da produtividade e da motivação dos trabalhadores. -----

A formação técnica é, sem dúvida, fundamental, mas também são igualmente importantes o desenvolvimento pessoal e a criação de condições que promovam o bem-estar e a satisfação no trabalho. A motivação dos colaboradores é um fator decisivo para o sucesso das políticas públicas e para a melhoria do serviço prestado à comunidade. -----

Deverá ser também feita a aposta em temas mais atuais, como a transformação digital, ambiente e inclusão, que são cada vez mais relevantes para os desafios que todos enfrentamos. -----

A formação deve continuar a ser uma prioridade, não apenas como obrigação legal, mas como uma estratégia de valorização dos trabalhadores e de modernização da administração local. -----

A formação contínua dos trabalhadores da administração local não é um custo, é um investimento. Um investimento na valorização dos recursos humanos, na modernização dos serviços e, acima de tudo, na melhoria do atendimento aos nossos municípios. A qualificação dos trabalhadores deve ser encarada como uma prioridade política, porque sem eles, sem a sua motivação e competência, não há serviço público de qualidade. -----

Reafirmo que apostar nas pessoas é, sem dúvida, apostar no futuro da autarquia e na qualidade do serviço público prestado aos cidadãos. A formação e a valorização dos trabalhadores devem continuar a ser uma prioridade estratégica, pois somente assim se conseguirá construir um serviço público de maior qualidade, mais eficiente e, acima de tudo, mais próximo das necessidades da população. -----

Termino esta intervenção com a convicção de que o caminho trilhado até aqui deve continuar, mas deve também ser ampliado, com ambição, responsabilidade e compromisso com o bem comum."-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão da Formação de 2024.-----

C.5 - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

O Presidente da Assembleia introduziu a epígrafe e disse que sobre este ponto da ordem de trabalhos, que é obrigatório em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal e pergunta ao Presidente da Câmara se pretende desde já prestar algum esclarecimento, caso julgue oportuno, ou reserva os seus esclarecimentos para as questões que os senhores deputados lhe queiram colocar.-----

O **Presidente da Câmara** referiu que nada tem a acrescentar sobre este ponto e fica à disposição para responder a eventuais questões. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

A **Assembleia Municipal tomou conhecimento** da listagem dos compromissos plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de fevereiro, na sua atual redação. -----

C.6 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DO ARTIGO 37.º DO REGIMENTO: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu a epígrafe e disse que de acordo com o ponto 1, do artigo 37º do Regimento desta Assembleia Municipal, em cada sessão ordinária “O Presidente da Câmara Municipal deve remeter ao Presidente da Assembleia Municipal, ... uma Informação escrita acerca da atividade da Câmara Municipal e da situação financeira do Município.”, da qual deverão constar todas as matérias referidas no Ponto 2 do mesmo artigo, acompanhada da documentação que consta no Ponto 3 do citado artigo. -----

É sobre estas informações que se vão debruçar de seguida, caso os Senhores Deputados pretendam colocar alguma questão ao Presidente da Câmara. -----

Mas antes perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia prestar alguns esclarecimentos sobre este Ponto da Ordem de Trabalhos, ou se pretende fazê-lo apenas depois das questões que eventualmente os Senhores Deputados lhe queiram colocar.----

O **Presidente da Câmara** referiu que nada tem a acrescentar sobre este ponto e fica à disposição para responder a eventuais questões. -----

Prosseguindo com os trabalhos, o **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para este ponto, não se tendo registado nenhuma inscrição.-----

A **Assembleia Municipal apreciou** a informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e do artigo 37.º do Regimento. -----

C.7 - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão, a qual contém as deliberações tomadas na rubrica da Ordem do Dia, tendo a mesma sido aprovada, **por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, PSD). -----

Terminados todos os pontos da ordem de trabalhos, o **Presidente da Assembleia** disse que antes de dar por encerrada esta sessão descentralizada da Assembleia Municipal, que é a última deste mandato, gostaria de deixar a seguinte recomendação: --

“Um pedido expresso de respeito e bom senso face ao período eleitoral que se aproxima, recomendações essas que anteriormente já fez nas comemorações oficiais do 51.º aniversário do 25 de Abril. -----

Como a campanha eleitoral autárquica está a aproximar-se, em que os discursos normalmente são mais exacerbados, e infelizmente por vezes ofensivos, não posso deixar de apelar a todos vós, em especial aqueles que irão estar mais diretamente envolvidos, alguma prudência e contenção na linguagem utilizada. As forças políticas envolvidas devem fazer passar as suas ideias, os seus projetos e as suas prioridades sem menosprezar e caluniar os seus opositores, devendo fazê-lo com seriedade e como forma até de captar

os jovens para uma política séria, respeitosa e responsável, fazendo-lhes ver a nobreza das causas públicas e desviando-os da tentação de enveredar por caminhos mais extremistas e radicais como nos dias de hoje infelizmente está a acontecer numa escalada deveras preocupante. Temos o dever e a obrigação de incentivar os nossos jovens a ser cordiais e respeitadores em todas as circunstâncias, em particular nas redes sociais, e esta será seguramente uma boa ocasião para o fazer. Mas temos que ser nós os primeiros a dar o exemplo, fica à vossa consideração, mas como Presidente da Assembleia Municipal não me sentiria bem com a minha consciência se não fizesse mais uma vez este apelo.”-----

*E para finalizar -----
“Espero, em meu nome pessoal, em nome dos membros da Mesa da Assembleia Municipal, em nome dos restantes deputados municipais, dos senhores vereadores e executivo camarário, não termos defraudado as expectativas do público aqui presente, sobre o que é uma sessão da Assembleia Municipal. -----*

Todos tiveram oportunidade de intervir na discussão dos assuntos aqui abordados, que algumas vezes originam discussões mais acaloradas, e ainda bem que assim é, até porque cada um defende os seus pontos de vista, defende as suas opções de acordo com aquilo que acham que são os interesses que melhor servem o concelho de Almodôvar. Mal seria se assim não fosse. -----

Finalmente, quero deixar aqui um agradecimento muito especial ao Sr.º Presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé e à sua equipa, Sr.º António Amaro, pela cedência deste excelente espaço, pela cedência de todos os meios necessários colocados à nossa disposição e pela disponibilidade que desde o início revelou para que a Assembleia Municipal realizasse aqui esta sessão, aos funcionários da Junta de Freguesia de São Barnabé e aos funcionários da Câmara Municipal que montaram todos os dispositivos necessários à realização desta sessão, à Câmara Municipal que nos disponibilizou os colaboradores e equipamentos necessários, à Sra. Carla Lima, sempre presente e solícita, ao Sr.º Daniel Ramos, pela disponibilidade e profissionalismo na montagem dos aspetos técnicos que uma sessão descentralizada requer e ao executivo camarário, aos senhores vereadores e senhores deputados municipais que de bom grado se deslocaram a São Barnabé para realizar esta sessão da Assembleia Municipal e, principalmente, um agradecimento muito especial a todos vós, público aqui presente, pelo interesse que demonstraram e pela atenção que nos dedicaram, porque sem vós, munícipes da Freguesia de São Barnabé, sem a vossa presença, esta sessão da Assembleia Municipal de Almodôvar não faria qualquer sentido. -----

A vossa presença e o vosso interesse fizeram-nos pensar que vale a pena e é importante a descentralização das sessões da Assembleia Municipal. Para todos vós aqui presentes, o meu sentido e sincero agradecimento, em nome da Assembleia Municipal de Almodôvar e em meu nome pessoal. -----

Muito obrigado a todos e bem hajam”.-----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c), do n.º 1, do art.º 30º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram **zero horas e quarente minutos**, do dia 27 de junho de 2025. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata dão-se aqui como reproduzidos e ficam apensos ao presente livro de atas. -----

E eu, **Filipa Isabel Ribeiro de Sousa**, primeira secretária da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----